

PANDEMIA Segundo a secretaria, as mutações podem trazer “maior gravidade do quadro clínico”

Sesab emite alerta por variantes do coronavírus em 31 municípios

RODRIGO AGUIAR

Em comunicado de alerta emitido esta semana, a Secretaria da Saúde da Bahia (Sesab) informou o registro no estado de 93 casos da variante brasileira P.1 (identificada inicialmente em Manaus) e 13 casos da B.1.1.7 (do Reino Unido) do novo coronavírus, recomendando que sejam evitadas todas as viagens “não essenciais” para os 31 municípios baianos nos quais foram detectadas as “variantes de atenção”.

No final de março, haviam sido notificados na Bahia 43 casos da P.1 e nove casos da B.1.1.7. A variante brasileira, informa a Sesab, já foi encontrada nos municípios de Amargosa, Brumado, Camaçari, Cipó, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dias D'Ávila, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Itabuna, João Dourado, Juazeiro, Lauro de Freitas, Luís Eduardo Magalhães, Mutuípe, Porto Seguro, Retiroândia, Riachão do Jacuípe, Salvador, Santaluz, Santo Antônio de Jesus, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé, Serra Preta, Serrinha e Tanhaçu. Já a variante do Reino Unido foi verificada apenas em Ilhéus, Itapetinga, Lauro de Freitas, Prado, Salvador.

A secretaria destaca que as variantes citadas exigem maior atenção do poder público e da população, devido às “mutações capazes de acarretar maior transmissibilidade e maior gravidade do quadro clínico”.

Procurada, a Sesab informou que os alertas sanitários são padronizados pelo Cievs (Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde) do Ministério da Saúde. “E no que tange a questão das viagens, elas são parte das orientações do Ministério da Saúde e OMS”, acrescentou a



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Orientação para limitar viagens durante a pandemia obedece a recomendações do Ministério da Saúde e OMS

pasta. A recomendação de não fazer viagens “não essenciais” também consta nos comunicados anteriores.

A secretaria não informou quantas variantes ou linha-

Órgão recomenda que sejam evitadas todas as viagens “não essenciais” às cidades

gens do coronavírus já foram registradas na Bahia. No final de fevereiro, a Sesab divulgou que o Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia (Lacen-Ba) havia identificado 13 diferentes linhagens do vírus desde que iniciou o sequenciamento genético do Sars-Cov-2. Entre as mutações já detectadas na Bahia, está também a linhagem peruana C.14, introduzida no estado a partir de um viajante que aportou em Salvador de navio, em fevereiro. Também circula na Bahia, desde janeiro, a P.2, verificada primeiro no Rio de Janeiro.

No comunicado de alerta

mais recente, entraram na lista de municípios com a P.1 Conceição do Jacuípe, Dias D'Ávila, Juazeiro, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus e São Gonçalo dos Campos. Por sua vez, Prado passou a integrar a lista de cidades com casos da B.1.1.7.

Dos 93 casos registrados da variante brasileira, 40 mandaram hospitalização e 29 resultaram em óbito. Entre os 13 casos da variante do Reino Unido, foram duas mortes, ambas após hospitalização.

Rio de Janeiro

A Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro (SES) informou

que foi detectada uma nova variante do Sars-Cov-2 em circulação. Ela foi batizada de P.1.2, por ser uma mutação da P.1, identificada primeiramente em Manaus.

A P.1.2 foi encontrada principalmente na região norte do Rio de Janeiro, mas também em amostras nas regiões metropolitana, centro e baixada litorânea. A P.1 continua com maior frequência no estado, correspondendo a 91,49% das amostras analisadas. Já a P.1.2 aparece em segundo, presente em 5,85% das amostras submetidas ao sequenciamento realizado pela secretaria.

FIOCRUZ

Bahia recebe 244 mil doses de vacina da AstraZeneca

DA REDAÇÃO

A Bahia recebeu ontem 244 mil novas doses das vacinas da AstraZeneca, produzida pela Fiocruz, contra a Covid-19. O novo lote de vacinas será distribuído amanhã para as 30 centrais regionais da Bahia e enviadas para os municípios. O transporte das doses de Salvador para o interior do estado vai ser feito em aeronaves do Grupamento Aéreo (Graer) da Polícia Militar e da Casa Militar do Governador (CMG).

De acordo com a Secretaria da Saúde (Sesab), a distribuição imediata não irá acontecer como parte de estratégia logística.

“Como ocorreu uma entrega na última segunda, os municípios ainda possuem estoque da primeira dose da AstraZeneca. No entanto, caso os municípios terminem as doses antes do envio no próximo sábado, faremos o despacho antecipado por via terrestre”, afirmou em nota.

Segundo dados do Ministério da Saúde, a Bahia já recebeu 4.662.214 doses com aplicação de 78,7%.

IFA nacional

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, na última sexta-feira, que a Fiocruz produza o insumo farmacêutico ativo (IFA) da vacina da AstraZeneca. Com isso, a entidade está autorizada a iniciar a produção de lotes-piloto em escala comercial da vacina com o IFA produzido no Brasil.

Após a realização dos testes, a Fiocruz deve solicitar a inclusão do insumo no registro ou fazer um pedido de autorização de uso emergencial. A produção nacional tende a acelerar a fabricação de novas doses para distribuição aos estados.

IMUNIZAÇÃO

Salvador começa a vacinar gestantes, lactantes e puérperas

TÁCIO CALDAS*

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de Salvador inicia hoje a vacinação de gestantes, lactantes e puérperas na cidade. Os três novos grupos passarão a ser atendidos nos drives e nos postos fixos espalhados na capital baiana a partir de hoje. Tanto as puérperas quanto as gestantes sem comorbidade e as lactantes com comorbidades que pretendem buscar a sua vacinação hoje precisam se atentar aos requisitos necessários para isto.

As demais categorias já elencadas no cronograma de imunização continuam sendo atendidas. Aos que buscam a segunda dose, pela falta do imunizante da Coronovac, apenas a da Oxford está sendo aplicada.

Hoje as aplicações dos imunizantes ocorrem durante todo o dia, das 8h às 16h. Os requisitos adotados para as puérperas atingem o tempo pós-parto que deve ser de até 45 dias, além de ter o seu nome cadastrado no site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e apresentar um documento oficial com foto. Este dois últimos também são os requisitos para as mulheres lactantes com comorbidades e as gestantes sem comorbidades. An-

tes de sair de casa é importante observar o site do “Filômetro” para verificar os seus locais de vacinação e evitar filas e aglomerações.

Para a realização do cadastro, de acordo com o titular da pasta de saúde soteropolitana, Leo Prates, a orientação é que as gestantes, lactantes e puérperas procurem os médicos onde fazem o acompanhamento para que o profissional o realize. A inclusão do nome na lista será obrigatória para que possam ter acesso ao imunizante.

Idosos

Para os idosos com 60 anos nascidos em 31 de dezembro de 1961, os demais públicos com comorbidades, os imunossuprimidos, as pessoas com transtorno intelectual severo e moderado, os

downs, os indivíduos com deficiência permanente, os pacientes transplantados e em hemodiálise, as doulas, os rodoviários e os trabalhadores da saúde e autônomos junto com os da educação superior com 40 anos ou mais, da educação básica e os agentes da segurança pública, todos em 1ª dose seguem também podendo se vacinar nos postos fixos e nos drive-thrus espalhados por toda a Salvador. Para tanto é preciso acessar o site <https://filometro.saude.salvador.ba.gov.br/> e verificar onde cada um pode buscar a sua imunização.

Aos que procuram completar o seu quadro vacinal com o recebimento da segunda dose do seu imunizante, a situação não mudou. Apenas as pessoas que tomaram a primeira dose da Oxford podem procurar os postos específicos e exclusivos para este público. Quem tomou o imunizante da Coronovac ainda precisa aguardar que novos lotes de doses sejam entregues pelo governo federal ao governo do estado da Bahia. Só assim a SMS poderá regularizar o esquema vacinal das pessoas desse grupo.

Aplicações das doses nos novos grupos ocorrem hoje o dia todo: das 8h às 16h

*SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR LEONARDO COUTINHO

PARA A MELHOR mãe O MELHOR PRESENTE

A TARDE FM e o Grand Palladium Imbassai Resort & SPA
vão tornar ainda mais especial o mês das mães.

Você, MÃE e família em regime all inclusive

Grand Palladium
Piscinas com a família
Suite

Acesse atardefm.com.br ou siga @atardefm no instagram e saiba mais!

GRAND PALLADIUM
IMBASSAI RESORT & SPA

Grupo A TARDE COMUNICAÇÃO

CONFÉRIA REGULAMENTO NO SITE!

REDE MUNICIPAL Segundo entidades do setor, “o retorno às aulas presenciais gera impacto positivo para a economia”

Comércio lança manifesto por volta às aulas

CÁSSIO SANTANA

Entidades representativas do comércio do estado divulgaram um manifesto, ontem, em apoio ao retorno das aulas presenciais na rede municipal de ensino público em Salvador. O grupo parabeniza a imunização de “100% dos professores” realizada pela gestão municipal e acredita que há condições sanitárias para o retorno dos estudantes às escolas.

Assinam o manifesto a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia (FCDL-BA), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA) e a Associação Comercial da Bahia.

Segundo o documento, que foi divulgado para a imprensa, “o retorno às aulas presenciais gera um impacto muito positivo para a atividade econômica da nossa cidade, sendo realizado de forma consciente, segura, com protocolos claros, que têm como meta salvar vidas, tanto de alunos e trabalhadores como do público em geral”.

Economia

Para o vice-presidente da FCDL, Antoine Tawil, o retorno das aulas presenciais representa um incremento à economia de diversos setores do município.

“Para nós, é importante o



Olga Leiria / Ag. A TARDE / 11.12.2020

Grupo parabeniza a imunização de 100% dos professores e acredita que há condições sanitárias para o retorno dos estudantes às escolas

“É importante para a pequena indústria, é importante para o varejo”

ANTOINE TAWIL, vice-pres. da FCDL

retorno. Os alunos que vão retornar para as salas vão precisar de um caderno, do estojo, de uma mochila, de um sapato, de uma calça, para poder ir para a aula presencial, isso estimula o consumo, a ida ao mercado. É importante para a pequena indústria, é importante para o varejo. Estimular a econo-

mia”, disse Tawil.

“O setor do transporte escolar também é outro que será favorecido com o retorno das aulas, todos aqueles que fazem o transporte escolar. Aqueles trabalhadores, micro e pequenos empreendedores, do transporte escolar, que ficaram parados mais de um ano. Tem

um número muito grande de pessoas que vivem do transporte escolar, e todos serão beneficiados”, prossegue Tawil.

De acordo com Tawil, “o prefeito [Bruno Reis] deu um passo importante ao imunizar a totalidade dos professores com a primeira dose da vacina”, de modo que, se-

gundo o vice-presidente, criariam-se as condições sanitárias adequadas para as atividades presenciais.

“Acreditamos que cada um tem que fazer sua parte. Não discorremos de nenhuma entidade de classe, que talvez tenha outro posicionamento, mas nossa opinião é essa”, concluiu.

PRESENCIAL

Duda Sanches defende retomada



FERNANDO VALVERDE

A retomada da educação de forma semipresencial na capital baiana nesta semana não tem contado com a adesão dos professores, que voltaram apenas de forma parcial com cerca de 90% de ausência, de acordo com o sindicato da categoria.

O impasse da prefeitura

de Salvador com a Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Seção Bahia (APLB-BA), que defende o retorno apenas após aplicação em 2ª dose da vacina contra o coronavírus, tem acirrado os ânimos sobre o assunto, e uma nova reunião foi convocada, na noite da última quarta-feira, sem um consenso definido.

Em entrevista para o programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM (103.9), o vereador e vice-presidente da Câmara Municipal, Duda Sanches (DEM), criticou o

que definiu como “politização” do tema feita pelo sindicato dos professores.

“Nós temos que separar professores de sindicatos. Esse sindicato que diz representar os professores está manipulando e politizando em cima de um tema tão sensível como a vida das pessoas. A prefeitura já vacinou 100% do quadro e continuamos vendendo essa grande resistência. E se a gente for esperar pelo prazo que eles estão pleiteando, iremos perder mais um ano”. De acordo com o vereador,

o momento escolhido pela prefeitura para a retomada é adequado e o empenho do prefeito Bruno Reis (DEM) tem feito a diferença na hora do diálogo e da negociação. “A pandemia tem nos obrigado a trocar o pneu com o carro em movimento. O empenho do prefeito para que as aulas retornem mostra quão importante é esse tema. O retorno não representa apenas a movimentação da economia e a manutenção do emprego de professores mas busca diminuir o prejuízo para nossas crianças”.



CMS / Divulgação

Vereador critica o que chamou “politização” pela APLB

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Jacilda Santos de Deus faleceu no Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, 61 anos, viúva, natural de Salvador-BA

Josete Maria Azevedo de Araújo faleceu no Hospital Português, 71 anos, divorciada, natural de Ilhéus-BA

Artur Fernandes Oliveira faleceu na UPA - Paripe, 69 anos, divorciado, natural de Ipirá-BA

José de Oliveira Andrade faleceu em residência, 74 anos, casado, natural de

Salvador-BA

Maria Roque de Souza Pacheco faleceu no Hospital Especializado Octávio Mangabeira, 82 anos, solteira, natural de Maragogipe-BA

Robson Heitor Campos faleceu no Hospital São Rafael, 58 anos, solteiro, natural de Brasília-DF

Elenivaldo Borges Santos faleceu no Hospital Geral Roberto Santos, 52 anos, solteiro, natural de Mundo Novo-BA

Joilton Sales Fernandes faleceu no Hospital Agenor Paiva, 57 anos,

casado, natural de Salvador-BA

CAMPO SANTO

Edgar Floriano Ferreira faleceu em residência, 91 anos, natural de Alagoinhas-BA

Pedro Paulo Marques e Marques faleceu no Hospital Português, 50 anos, natural de Salvador-BA

Valdevino Souza da Silva faleceu no Hospital de Campanha Itaigara Memorial, 53 anos, natural de Itaberaba-BA

Orlando dos Santos Cordeiro faleceu no 12º

Centro de Saúde, 29 anos, natural de Salvador-BA

Francisco Carlos de Castro Carvalho faleceu no Hospital Santa Izabel, 61 anos, natural de Salvador-BA

Luiz Gomes dos Santos faleceu no Hospital Municipal de Salvador, 82 anos, natural de Santo Antônio de Jesus-BA

Zilah Costa Azevedo faleceu em residência, 83 anos, natural de Salvador-BA

Roberto César Benevides Serafim faleceu no

Hospital Santa Izabel, 67 anos, natural de Salvador-BA

Diva Maria Correa Ribeiro Luz faleceu em residência, 91 anos, natural de Salvador-BA

JARDIM DA SAUDADE

Manoel Santos da Silva faleceu na Unidade Ventilatória de Valéria, 80 anos, viúvo, aposentado, natural de Nazaré-BA

Aldelice Cerqueira de Freitas faleceu no Hospital Aliança, 80 anos, viúva, aposentada, natural de Feira de Santana-BA

Iracly Menezes de Castro faleceu no Hospital Geral Roberto Santos, 85 anos, viúva, natural de Salvador-BA

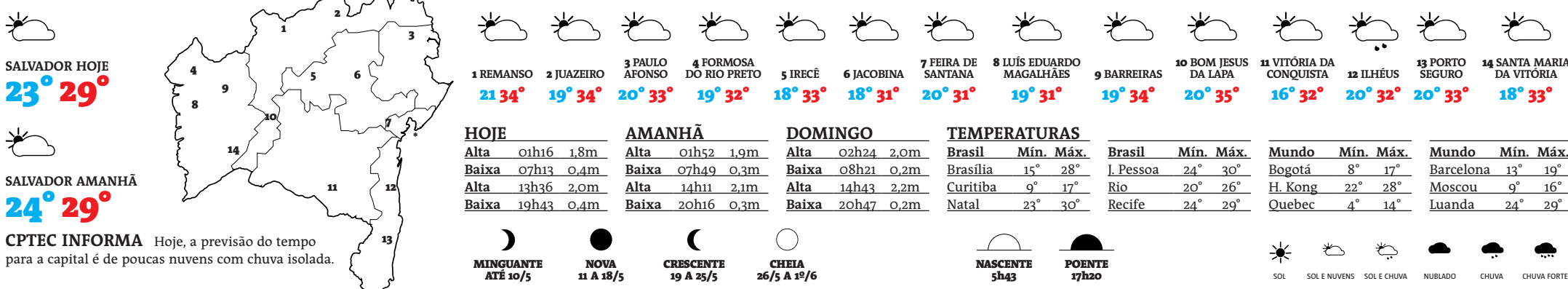
Neuza Chaves Meira faleceu no Hospital Agenor Paiva, 87 anos, solteira, professora, natural de Livramento de Nossa Senhora-BA

Bethy D'Assumpção Barreira faleceu em residência, 93 anos, viúva, natural de Salvador-BA

Antônio Carlos Gentil da Silva faleceu no Hospital Córdio Pulmonar, 79 anos, divorciado, administrador, natural de Salvador-BA

CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br



ECONOMIA & NEGÓCIOS

DINHEIRO Empréstimo no cartão de crédito disfarçado de 'consignado' causa prejuízos

TRIBUTAÇÃO Ex-prefeito Paulo Cezar Simões, derrotado nas últimas eleições por Joaquim Neto, diz que ação do atual gestor ameaça empresas e empregos

Prefeitura de Alagoinhas eleva tributos em até 1.000%



Roberto Fonseca / Secom / 7.5.2018

Joachim Neto é o atual prefeito de Alagoinhas. O aumento de tributos pela prefeitura de Alagoinhas vem tirando o sono dos empresários e contribuintes do município do Centro-Norte baiano. O que mais vem gerando críticas e reclamações foi o reajuste de até 1000% na Contribuição Social de Iluminação Pública (Cosip), recolhida com base no consumo de energia das famílias. E não foi o único aumento: o percentual cobrado no Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que era de 2,5%, foi para 5%.

"Diante dessa terrível pandemia, o prefeito Joaquim Neto (PSD) está expulsando as empresas daqui de Alagoinhas e, consequentemente, desempregando o povo", afirmou o ex-prefeito, Paulo Cezar Simões (DEM). Segundo ele, antes de implementar os reajustes, o atual gestor não abriu "diálogo" com entidades ligadas a indústria e comércio, muito menos com a sociedade. A lei que estipulou o aumento na tributação foi aprovada pela Câmara Municipal de Alagoinhas no final do ano passado. "Esse foi o presente de Natal que ele deu para a população, já que esta tributação passou a vi-

gorar como lei municipal desde o último dia 23 de dezembro do ano passado", afirmou Paulo Cezar. Ainda entre as medidas do prefeito Joaquim Neto, uma sobretaxa adicionada ao IPTU, referente ao custo do serviço de coleta de lixo, está sendo cobrada da população. De acordo com a lei, a taxa não incide sobre a quantidade de lixo produzido por estabelecimento ou residência, mas pela área do imóvel. Paulo Cezar já ingressou com um pedido de revisão junto a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia (OAB-BA), a respeito dos au-

mentos nos impostos municipais, considerados por ele abusivos. "Fiz o meu papel como pessoa física e comuniquei tanto ao Ministério Público Estadual quanto a OAB, já que a entidade tem o corpo docente de tributaristas", afirmou. De acordo com a secretária da Fazenda do município, Roseane Conceição, o aumento na tributação da iluminação pública depende da faixa de consumo do cliente. Já para o ISS, segundo ela, a majoração é válida para o segmento de serviços médicos.

Defesa Em nota, a prefeitura de Ala-

goinhas informou que, a partir do grande esforço empreendido pela administração, "foi possível construir um projeto de Novo Código Tributário com inúmeros benefícios". Dentre eles, a prefeitura citou que a nova legislação tem um capítulo específico sobre direitos do contribuinte, "permitindo ao bom pagador ampla proteção normativa, promovendo o equilíbrio da relação fisco/contribuinte, atendo às orientações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-organismo internacional de referência para adoção de políticas públicas)". Sobre a tabela da Cosip, a prefeitura informou que vem praticando a progressividade, cobrando de quem pode pagar. Segundo a gestão, isso possibilitou a isenção de 25.005 famílias classificadas como consumidores residenciais e 872 famílias classificadas como Rural pela Aneel. "Vale ressaltar que o universo total de consumidores de energia em Alagoinhas é de 62.348, ou seja, 42% dos consumidores estarão isentos da Cosip", afirmou a nota. "Para tanto é necessário que o que têm maior capacidade contributiva paguem para que os menos privilegiados possam ter o benefício da isenção".

AÇÃO Shopping faz campanha solidária no mês das mães

DA REDAÇÃO

Mãe é sinônimo de amor e cuidado e, este ano, mais do que nunca, é sinônimo de saúde. Para abraçar e acolher as famílias, o Shopping Paralela (Av. Paralela) está promovendo uma campanha para homenagear e cuidar de quem cuida: as mães. Em uma ação solidária, o centro de compras está arrecadando alimentos para doação, em parceria com a faculdade Unime Salvador. A programação ainda reúne um circuito gastronômico (Paralela Gastrô), com preços especiais nos restaurantes e praça de alimentação, aulas-show online com receitas feitas por chefs convidados, além de presentes que são verdadeiras obras de arte. Tra-

tam-se de pratos colecionáveis, com ilustrações de três artistas e mães homenageadas: Maria Adair, Vanessa Ailvim e Miranda Estúdio, que poderão ser obtidos a cada R\$ 300 em compras, pelo site www.shoppingparalela.com.br/ ou nas lojas físicas. Com a doação de 1 kg de alimento não perecível, o cliente pode ganhar pratos em dobro. Toda a arrecadação de alimentos será doada para as mães costureiras de São Bartolomeu, no Subúrbio Ferroviário. O cadastro dos cupons fiscais para troca pelo prato colecionável será pelo site do shopping e a retirada do brinde e a doação do alimento acontecerá no Piso L1, ao lado das Casas Bahia.

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE



Programação inclui um circuito gastronômico

COOPERATIVA ASSOCIATIVA DOS TAXISTAS - COASTAXI. CNPJ 10.300.211/0001-01 EDITAL CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA AVISO CHAMADA PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIRAMA CNPJ N: 13.634.969/0001-66 PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA CNPJ N: 13.672.605/0001-70 PREGÃO PRESENCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA FRIA - BA PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ CNPJ N: 13.858.303/0001-91 PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2021 PROC. ADM.: 116/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUAÇU PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2021 SRP MUNICÍPIO DE ITAUAÇU, ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAITABA CNPJ N: 16.137.309/0001-88 AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES PREGÕES ELETRÔNICOS DE N.ºS. 009/2021 E 010/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUAÇU PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ REABERTURA DE PRAZO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO 07/2021 - SMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAIÁ PREGÃO PRESENCIAL 21/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBA CNPJ: 13.701.966/0001-06 AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 023/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE - BA CNPJ Nº 13.912.084/0001-81 TOMADA DE PREÇO N.º 002/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAS D'ÁVILA AVISO DE LICITAÇÃO Nº 26/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUNÁPOLIS CNPJ N: 16.233.439/0001-02 AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA - BA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAIÁ PREGÃO PRESENCIAL 21/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBA CNPJ: 13.701.966/0001-06 AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 023/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE - BA CNPJ Nº 13.912.084/0001-81 TOMADA DE PREÇO N.º 002/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAS D'ÁVILA AVISO DE LICITAÇÃO Nº 26/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUNÁPOLIS CNPJ N: 16.233.439/0001-02 AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA - BA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAIÁ PREGÃO PRESENCIAL 21/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGIBA CNPJ: 13.701.966/0001-06 AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 023/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE - BA CNPJ Nº 13.912.084/0001-81 TOMADA DE PREÇO N.º 002/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAS D'ÁVILA AVISO DE LICITAÇÃO Nº 26/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUNÁPOLIS CNPJ N: 16.233.439/0001-02 AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA - BA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

Esses vetos atingem de forma mortal os jornais do interior, 80% dos que existem hoje. Não vamos fazer com que a disputa do presidente com a imprensa crie milhares de desempregados

Zé Neto
Deputado federal do PT da Bahia, ao criticar os vetos sobre a publicação oficial em jornais diários de grande circulação local

Libre para delatar

Delator de esquemas que envolvem venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ), o advogado Marco Aurélio Fortuna Dórea deixou ontem o Batalhão de Choque da PM, em Lauro de Freitas, para cumprir prisão domiciliar. A mudança de regime foi concedida por unanimidade pelos cinco desembargadores que compõem a Primeira Turma da Segunda Câmara Criminal do TJ, em julgamento realizado ontem. Conforme noticiado na última terça-feira, o Ministério Público do Estado (MP) enfrentava resistências na Corte para garantir a domiciliação do advogado, preso desde setembro passado pela Operação Inventário, deflagrada para apurar fraudes em ações na Vara de Família de Salvador.

PE NA TÁBUA

A saída de Marco Dórea da cadeia era considerada fundamental para o avanço de investigações sobre casos de corrupção e tráfico de influência no Judiciário estadual, a cargo do Gaeco, unidade do MP responsável pelo combate ao crime organizado na Bahia.

Caixa de Pandora

Com Marco Dórea liberado para cumprir preventiva em casa, a equipe do Gaeco terá acesso facilitado aos arquivos que o delator mantém guardados. Em especial, documentos, valores, datas e nomes de magistrados e servidores suspeitos de participar do comércio de decisões judiciais que fazem parte do acordo de colaboração negociado com o MP.

Do limão, limonada

Embora o PDT tenha perdido quase toda a cota de cargos no governo do estado, a cúpula do partido na Bahia adotou a narrativa de queda para o alto. Para isso, compilou um balanço da gestão de quadros da sigla na Secretaria de Agricultura (Seagri) e na Junta Comercial (Juceb), com objetivo de mostrar resultados positivos dos pedetistas.

Prestação de contas

Na Seagri, destaca os R\$ 200 milhões em emendas da bancada baiana para tratores e equipamentos, segundo o PDT, cruciais para o agro saltar 5,2% em 2020, apesar da crise. Na Juceb, cita os R\$ 50 milhões arrecadados para o estado em dois anos com a modernização de serviços do órgão.

À deriva

Aliados do ex-senador Walter Pinheiro (PT) apontam dois destinos possíveis para ele após o governador Rui Costa substituí-lo pelo vice, João Leão (PP), no comando da Secretaria do Planejamento. Um deles é a Bahiainveste, empresa criada em 2015 para gerenciar ativos financeiros do estado, atualmente chefiada pelo ex-presidente da Caixa Jorge Herala. O segundo seria a Embasa. Pelo sim, pelo não, acham que Pinheiro deixa o alto escalão do governo bem menor do que entrou.

Estica e puxa

É cada vez mais acirrado o cabo de guerra do PSB pelo espaço da legenda no Palácio de Ondina. De um lado, está a ala que se recusa a sair da Secretaria de Meio Ambiente. Do outro, o bloco que não abre mão da pasta da Agricultura e tem maior poder de fogo.

Pernambúes terá mais 200 casas reformadas pelo Morar Melhor

3ª FASE Mais 200 casas no bairro de Pernambuco serão beneficiadas com obras e melhorias por meio do programa Morar Melhor. A autorização foi feita ontem pelo prefeito Bruno Reis, em cerimônia simbólica. "Através desta iniciativa estamos realizando o sonho de milhares de famílias que construíram casas, muitas vezes sem reboco, sem pintura, com telhados improvisados e que vivem em condições de insalubridade", disse Bruno, acompanhado da vice, Ana Paula Matos.

Das 200 habitações escolhidas para receber o Morar Melhor, 38 delas já tiveram obras concluídas, 30 estão em execução e as demais 132 terão os trabalhos iniciados. Esta é a terceira etapa do programa na localidade, que destinará até R\$ 7 mil para a reforma de cada imóvel.

A meta é reformar 50 mil casas em Salvador até 2024. Desde 2015, quando foi criado, o projeto já beneficiou 33 mil moradias em vários pontos da capital. Os critérios para escolha dos imóveis incluem precariedade dos bairros e maior predominância de pessoas abaixo da linha de pobreza, com renda per capita inferior a R\$ 85, entre outros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÓES
CNPJ N.º 14.197.768/0001-01
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021/SRP
O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Brejões realizará licitação em 19/05/2021 às 08h30min. Local Site: www.licitacoes-e.com.br. Nº 87/1193 Pregão Eletrônico Nº 021/2021/SRP. Objeto: Contratação de empresa para aquisição futura e eventual para alimentos dos tipos: secos, frios, frutas e legumes, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do município de Brejões-BA, através do Sistema de Registro de Preços. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.brejoes.ba.gov.br) e no www.licitacoes-e.com.br. Informações podem ser obtidas pelo e-mail licitacao@brejoes@hotmail.com ou pelo Tel. 075 3654-2158. Brejões - BA, 06 de Maio de 2021. Felipe de Jesus Mascarenhas, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
CNPJ N.º 13.393.178/0001-91
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021
O Pregoeiro torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico nº 008/2021, Processo Administrativo nº 067/2021. Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ANO LETIVO DE 2021 DO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS (BA). Acolhimento das Propostas: 16h00min de 08/05/2021 até as 08h59min de 18/05/2021. Abertura das Propostas: 18/05/2021, às 09h00min. Disputa: 18/05/2021 às 10h00min. Endereço Eletrônico: http://www.licitanet.com.br. Edital: Disponível na plataforma. Informações: pregoaheliopolisba2021@gmail.com. Heliópolis/BA, 04 de maio de 2021. Hugo da Silva Andrade - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMADINA
CNPJ N.º 14.147.466/0001-29
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO 043/2021
A Prefeitura Municipal de Almadina, por intermédio do seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação, nomeado pela Portaria nº 001/2021 de 06 de janeiro de 2021, torna público aos interessados que se fará a TOMADA DE PREÇOS nº 001/2021 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DE PONTES E PASSAGEM MOLHADA NA ZONA RURAL EM ALMADINA - BA, ATRAVÉS DA DEFESA CIVIL. O EDITAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO: www.almadina.ba.gov.br. Recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas e Início da sessão: 24/05/2021 - 09:00hrs. Informações pelo e-mail: licitapma@outlook.com. Almadina, 06 de Maio de 2021. DANILLO SANTOS PEREIRA, PRESIDENTE DA COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA NOVA
CNPJ N.º 13.894.894/0001-52
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 011/2021
A CPL da PM torna público que realizará em sua sede no dia 20/05/2021 às 10h00min PE-011/2021, conforme autorização contida no PA 054/2021. Objeto: Eventual: Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para transporte alternativo, visando atender as demandas deste município. Através da plataforma www.bnc.org.br. Informações na PMBN, Av. Nossa Senhora da Boa Nova, das 8h às 12h, Tel. (77) 3433-2145. Boa Nova-BA, 07/05/2021-Marinildo da R. Silva-Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL CALMON
AVISO DE LICITAÇÃO Aviso de Licitação: Edital: Pregão Presencial nº 008/21. Abert.: 20/05/21 às 09:00h. Obj: registro de preço para eventual aquisição de farfamento para atender as secretarias do município. Edital e demais informações a Prefeitura de Miguel Calmon e no site: http://diariosoficiais.org.br/ba/miguelcalmon/74-3627-2121. Wesleyley Marley Almeida Pereira - Pregoeiro.
AVISO DE LICITAÇÃO Aviso de Licitação: Edital: Pregão Eletrônico nº 034/2021. Abert.: 20/05/2021 às 09:00h. Através do site www.licitacoes-e.com.br. Obj: registro de preço para eventual aquisição de material permanente e de equipamentos de informática, para atender as secretarias do município. Edital e demais informações e atos posteriores na Prefeitura de Miguel Calmon, no site: http://diariosoficiais.org.br/ba/miguelcalmon/ e no site: www.licitacoes-e.com.br. T. 74 3627-2121. Wesleyley Marley Almeida Pereira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTEVAO
PREGÃO ELETRÔNICO 21/2021 A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTEVAO torna público que realizará procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA nº 21/2021, destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE OXIGÊNIO E AR COM PRIMÍDIO MEDICINAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL DR. JOÃO BORGES DE CERQUEIRA, data e recebimento das propostas a partir de 08:00 da manhã do dia 10 de maio de 2021, data e horário do início da disputa as 09:00 da manhã do dia 20 de maio de 2021. Informações disponíveis na sede Prefeitura, ou pelo e-mail santostevao@prefeitura@yahoo.com.br. Para aquisição de edital e anexos acessar o site https://transparencia.santostevao.ba.gov.br/licitacao e pelo site www.bll.org.br. Eventuais alterações e demais atos disponíveis no Diário Oficial do Município através do endereço eletrônico: https://diarioem.org.br/ba/santostevao/Leonardo Magalhães de Oliveira Taranto /Pregoeiro, Rogério dos Santos Costa/Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021 - PA Nº 0533/2021 Sessão - dia 20 de maio de 2021 às 15h00min. Objeto: Contratação de empresa para eventual fornecimento de motocicletas para compor a frota do Departamento Municipal de Trânsito e da Guarda Municipal do Município de Senhor do Bonfim - BA. Edital através do site www.senhordobonfim.ba.gov.br (Link Licitações). Local da Disputa: https://emunicipio.com.br/pmsb/pregaoeletronico/index.php. Informações com a Comissão Permanente de Licitações, das 8:00 às 12:00, pelo e-mail copel.pmsb@hotmail.com, ou pelo tel. (74) 3541-8726. Alfredo Reis Mulungu - Pregoeiro. Publique-se.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - PA Nº 0534/2021 Sessão - dia 24 de maio de 2021, às 09h00min. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Material de Limpeza e Descartáveis para atendimento das atividades dos Programas e Serviços da Secretaria de Assistência Social. Edital através do site www.senhordobonfim.ba.gov.br (Link Licitações). Local da Disputa: https://emunicipio.com.br/pmsb/pregaoeletronico/index.php. Informações com a Comissão Permanente de Licitações, das 8:00 às 12:00, pelo e-mail copel.pmsb@hotmail.com, ou pelo tel. (74) 3541-8726. Alfredo Reis Mulungu - Pregoeiro. Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUCA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 021-2021. Objeto: Aquisição de utensílios de cozinha, equipamentos de cozinha e equipamentos diversos, em 19/05/2021 às 09h00min (horário de Brasília). Edital disponível através do Portal: https://www.urucuca.ba.gov.br/licitacoes ou na sede da Prefeitura Municipal - Centro Administrativo Ruby Mancuso, Rua 'P', S/N, Bairro: Everaldo Argôlo Góes de segunda à sexta das 07:00 às 13:00 horas. Uruçuca - BA, 06 de maio de 2021. Bruno Luiz Nascimento Souza - Pregoeiro Oficial.
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 CONTRATAÇÃO SERVIÇOS BANCARIOS O Município de Uruçuca, torna público a contratação mediante CREDENCIAMENTO de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas municipais. Lei Federal nº 8.666/93. Recebimento das propostas dia 10/05/2021 a 30/12/2021. Horário das 07:00 às 13 horas na Prefeitura de Uruçuca. O Edital disponível no Portal https://www.urucuca.ba.gov.br/licitacoes ou no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, Centro Administrativo Ruby Mancuso, Rua 'P', s/n, Bairro Everaldo Argôlo Góes das 07:00 às 13:00 horas. (73) 3236-2307. Marcos Eduardo F. Pereira - Presidente da C. P. L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009-2021-PE. OBJETO: aquisição de material de papelaria, escritório, expediente, escolar e artesanato, para diversos setores desta prefeitura, conforme especificações. Menor preço por Lote. SESSÃO: 20/05/2021, às 09:00 h. Edital: http://portalda transparencia.com.br/prefeitura/novohorizonte ou e-mail: licitacao.novohorizonte@outlook.com. Inf. segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00h. (77) 3648-1060. Novo Horizonte, 05/05/2021. ELIZENE DE SOUZA SILVA - Pregoeira.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010-2021-PE. OBJETO: Aquisição de material destinado a confecção de kits para enxoval de recém-nascidos referente as Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-natal e Puerpério e o incentivo financeiro federal de custeio para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do corona virus, conforme especificações. Menor preço Global. SESSÃO: 21/05/2021, às 09:00 h. Edital: http://portalda transparencia.com.br/prefeitura/novohorizonte ou e-mail: licitacao.novohorizonte@outlook.com. Inf. segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00h. (77) 3648-1060. Novo Horizonte, 06/05/2021. ELIZENE DE SOUZA SILVA - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
TOMADA DE PREÇO N.º 002/2021 - REFORMULADO. A Prefeitura Municipal de Paulo Afonso torna público que realizará Tomada de Preço n.º 002/2021 - REFORMULADO, dia 26/05/2021, às 09:00h, no Auditório Edison Teixeira Barbosa, situado no Vila Militar, Paulo Afonso - BA, 48607-160. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil, para executar serviços de construção de cobertura metálica em quadra poliesportiva, no povoado Malhada Grande - Paulo Afonso/ BA. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura, no Centro de Atendimento ao Cidadão - Casa Verde (descontos reais) ou gratuitamente no site da prefeitura no endereço eletrônico: www.pauloafonso.ba.gov.br. Kelyanne Andrade Barros Brandão - (Presidente da Comissão de Licitação).
AVISO DE RECURSO Nº 001/2021. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos participantes da TOMADA DE PREÇOS 001/2021 - Proc. Adm. n.º 2931/20 - Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de construção civil, para a construção do Abrigo Institucional, destinado ao acolhimento de crianças e adolescentes, onde será construído na Avenida Getúlio Vargas, Bairro Nossa Senhora de Fátima, S/N, no Município de Paulo Afonso - Bahia, que a LE. ANDRÉ FERREZ EMPREENDIMENTOS LTDA-EPP interpus Recurso Administrativo, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação no Julgamento Final. Fica certo o prazo aos interessados de Impugnação de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o art. 109 da Lei 8666/93. Paulo Afonso, 06/05/2021. Kelyanne Andrade Barros Brandão - (Presidente da Comissão de Licitação).

Programa que reduz jornada e salário já afeta 500 mil

MEDIDA PROVISÓRIA Em pouco mais de uma semana em vigor, a nova rodada do programa de preservação do emprego registrou 506.834 acordos fechados, divulgou ontem a Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia. Entre as modalidades de acordo, a suspensão de contratos de trabalho lidera na comparação com as três modalidades de redução de jornada permitidas pelo programa. Os acordos de suspensão de contratos representam 46,88% do total, o que equivale a 237.587 empregos. Os trabalhadores que aderiram ao acordo recebem o Benefício Emergencial (BEm), que equivale a 100% do seguro-desemprego. Em troca, têm o posto de trabalho mantido após o fim da suspensão pelo período equivalente ao acordo.

46% dos acordos fechados com o programa de preservação do emprego são de suspensão dos contratos de trabalho

Produtividade cresce, mas o bem-estar cai em home office

PESQUISA Um estudo comandado pela Fundação Dom Cabral em parceria com a Grant Thornton e a Lyon Business School mostra que a percepção de 58% das pessoas que trabalham em home office durante a pandemia é que a produtividade delas aumentou. Em 2020,

42,95% dos acordos (149.585) estabeleceram redução de 70% dos salários com o recebimento do BEm no valor de 70% do seguro-desemprego, e 17,25% dos acordos (87.446) foram fechados para reduzir o salário em 50% com a complementação de 50% do seguro-desemprego. Um total de 6,36% (32.216) dos acordos preveem a redução de 25% dos salários com o pagamento de 25% de seguro-desemprego.

Os dados foram coletados até as 15h30 de ontem. A medida provisória que reinstalou o programa de preservação do emprego com suspensão de contratos ou redução de salários e de jornada foi publicada no último dia 28. O programa funciona nos mesmos moldes do ano passado, quando vigorou por oito meses para evitar demissões em empresas afetadas pela pandemia

de covid-19.

De acordo com o governo federal, no ano passado, o programa preservou o emprego e a renda de cerca de 10,2 milhões de trabalhadores em acordos que tiveram adesão de mais 1,5 milhão de empresas. O benefício foi pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A retomada do BEm era uma demanda de empresários por causa do agravamento da crise econômica em decorrência da covid.

No ano passado, a esperança das empresas era que a pandemia já estaria resolvida este ano e que a atividade econômica no país voltaria aos padrões normais de antes da chegada do novo coronavírus. No primeiro trimestre de 2021, no entanto, com a vacinação avançando lentamente, a falta de doses de imunizantes e o aumento de casos na chamada segunda onda de contaminações

da pandemia, houve o apelo para que o governo federal reeditasse a medida.

Os acordos individuais entre patrões e empregados podem ser de redução de jornada de trabalho e salário apenas nos percentuais de 25%, 50% ou 70%. Como contrapartida, o governo pagará mensalmente ao trabalhador o BEm, que corresponde ao valor do percentual reduzido tendo como referência a parcela do seguro-desemprego a que o empregado teria direito.

Na prática, um trabalhador que tiver redução de 25% do salário receberá 25% do valor do seguro-desemprego que ele teria direito em caso de demissão, e assim sucessivamente.

No caso da suspensão temporária dos contratos de trabalho, o governo pagará ao empregado 100% do valor do seguro-desemprego a que ele teria direito.



quando a mesma pesquisa foi feita, aqueles que achavam que produziam mais em home office somavam 44% dos entrevistados.

Em contrapartida, a mesma pesquisa revela que 20,6% dos entrevistados temem a perda do convívio social com o trabalho em

modelo remoto e 24% acreditam que as horas trabalhadas aumentaram em comparação à modalidade presencial. Outros 16% apontaram a dificuldade de comunicação com a empresa como um aspecto negativo do home office e 14% se queixaram da dificuldade para equilibrar a

jornada de trabalho com as demandas pessoais.

Ao todo, o estudo ouviu 1.075 profissionais no período de 15 a 29 de março deste ano. Os entrevistados também sinalizaram que a situação de confinamento da pandemia aumenta o esgotamento mental.

CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM a reunirem-se na sede social, Av. 4º do Centro Administrativo da Bahia, nº 460, nesta Capital, às 10 horas, no dia 17 de maio de 2021, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição de membro Titular e Suplente do Conselho de Administração; (ii) Eleição de membro Titular e Suplente do Conselho Fiscal. Salvador, 06 de maio de 2021. A Diretora.

CBPM

PREFEITURA MUNICIPAL DE OUROLÂNDIA
CNPJ N.º 16.444.150/0001-24

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

A CPL torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2021 e Processo Administrativo: 107/2021. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para composição dos kits de alimentação escolar, que serão doatados na rede pública municipal de Curador do Curador do programa nacional de alimentação ao letivo de 2021, abertura de proposta às 10:00h do dia 20/05/2021, início da disputa: às 14:30h do dia 20/05/2021. Maiores informações através do tel. (74)3661-2250 das 08:00 às 12:00hrs, das 14:00 às 17:00hrs. Os interessados poderão obter o Edital através da plataforma digital www.licitacoes-e.com.br. Aline de Jesus Moraes - Pregoeira.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

A CPL torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 02/2021 e Processo Administrativo: 078/2021. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de gás liquefeito de petróleo GLP, acondicionados em embalagem retornável (botijão de 13kg) e vasilhames de gás GLP (botijão de 13kg), para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Ourorândia - Bahia, abertura de proposta às 14:30h do dia 19/05/2021. Maiores informações através do tel. (74)3661-2250 das 08:00 às 12:00hrs, das 14:00 às 17:00hrs. Os interessados poderão obter o Edital através do e-mail: ourolandia@gmail.com - Jéssica Oliveira Matos Santos - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2021 O Município de Juazeiro-BA comunica aos interessados que se realizará no dia 19 de maio de 2021, às 10:00 horas (Horário da Bahia), a licitação, modalidade Pregão eletrônico, de nº 017-2021-BB nº 87/1021, através do site: www.licitacoes-e.com.br. Tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO JUNTO AOS PROFESSORES E ALUNOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE DE NO ANO LETIVO DE 2021. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital devidamente atualizado e seus anexos através do site: www.licitacoes-e.com.br e/ou http://doem.org.br/br/ba/juazeiro. Maiores informações tel. (0xx74) 3612-3675. E-mail: licitacao@juazeiro.ba.gov.br. Juazeiro-Ba, Juazeiro-BA 06 de maio de 2021. Alvaro Mendes Santos Junior, Pregoeiro Oficial.

AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 O Município de Juazeiro-BA comunica aos interessados que se realizará no dia 20 de maio de 2021, às 09:30 horas (Horário da Bahia), a licitação, modalidade Pregão eletrônico, de nº 007-2021-BB nº 87/1024, através do site: www.licitacoes-e.com.br. Tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - RSG, POR BOMBOMAS, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES QUE COMPÕEM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO - BA, POSSIBILITANDO A CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ESSENCIAIS COM QUALIDADE E HIGIENE ESPERADOS. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital devidamente atualizado e seus anexos através do site: www.licitacoes-e.com.br e/ou http://doem.org.br/br/ba/juazeiro. Maiores informações tel. (0xx74) 3612-3675. E-mail: licitacao@juazeiro.ba.gov.br. Juazeiro-BA 07 de maio de 2021. Alvaro Mendes Santos Junior, Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - CP001-2021. A Prefeitura Municipal de Saubara torna público, que realizará no dia 09/06/2021, às 10:00hrs (dez horas), na Sala da COPEL, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA - CP001-2021, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para construção de escola de um pavimento com 12 salas de aula, para atender a classes estudantis da FURTURA PÚBLICA - CP001/2021, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para construção de uma creche para atender as crianças (estudantes) da Rede Municipal de Ensino. Os interessados poderão obter informações e/ou Edital, na sala da COPEL - Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião, nº 04, centro, 44.220 - 000, Saubara - Bahia. Tel.: (71) 3696 - 1903, ou através do e-mail: copelsaubara@gmail.com. Saubara, 06/05/2021 - Wellington Araújo Pimenta - Presidente da COPEL.

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - CP002-2021. A Prefeitura Municipal de Saubara torna público, que realizará no dia 09/06/2021, às 10:00hrs (dez horas), na Sala da COPEL, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA - CP002/2021, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para construção de uma creche para atender as crianças (estudantes) da Rede Municipal de Ensino. Os interessados poderão obter informações e/ou Edital, na sala da COPEL - Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião, nº 04, centro, 44.220 - 000, Saubara - Bahia. Tel.: (71) 3696 - 1903, ou através do e-mail: copelsaubara@gmail.com. Saubara, 06/05/2021 - Wellington Araújo Pimenta - Presidente da COPEL.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº001-2021. Tendo em vista a licitação modalidade Tomada de Preços nº: 001/2021 ter sido suspenso, o Município de Saubara/BA, através do Presidente da COPEL, comunica aos interessados que nos termos da Lei, realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços nº: 001/2021, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada em engenharia para construção do muro do Complexo Escolar, no Município de Saubara - Bahia, no dia 24 de maio de 2021, às 10:00 (dez horas). Os interessados poderão obter informações através do e-mail: copelsaubara@gmail.com. Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Requião nº 04 - Saubara, Tel. nº: (71) 3696-1903. Saubara, 06 de maio de 2021 - Wellington Araújo Pimenta - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS DE MACAÚBAS

AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2021-PP - Objeto: Registro de Preços para serviços de manutenção e instalação de ar condicionado para atender às demandas do Município de Brotas de Macaúbas/BA, conforme a quantidade e especificações contidas no Termo Referencial, que compõe o Edital. Valor total estimado de R\$ 112.729,50 (cento e doze mil, setecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos). Tipo: Menor Preço Global, regida pelas Leis 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores. SESSÃO DE JULGAMENTO DO 20 DE MAIO DE 2021, às 09:00h. Local: Sala de licitações e contratos desta prefeitura, situada na Praça dos Três Poderes, 95 - Brotas de Macaúbas/BA, CEP 47560-000. Os interessados poderão obter informações e/ou Edital e seus anexos no site: http://www.acaoinformacao.com.br/ba/brotas-demacaubas/editais/, http://doem.org.br/ba/brotas-demacaubas/editais/, diretamente na Prefeitura, setor de Licitações e contratos situada na Praça dos Três Poderes, 95 - Brotas de Macaúbas/BA, CEP 47560-000, no horário 08h30min às 12h00min; 14h00min às 16h30min, de segunda a sexta-feira. Fone: (77)3644-2153, ou através do e-mail: setorcplpm@gmail.com. Brotas de Macaúbas-BA, 05/05/2021. ROBERTA RODRIGUES MENDES. Pregoeira Oficial.

AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2021-PP - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustível (gasolina comum) para atender às demandas da Câmara Municipal de Brotas de Macaúbas/BA, conforme a quantidade e especificações contidas no Termo Referencial, que compõe o Edital. Valor total estimado de R\$59.900,00 (cinquenta e nove mil e novecentos reais). Tipo: Menor Preço Global, regida pelas Leis 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores. Decreto Municipal 099/2017. SESSÃO DE JULGAMENTO DO 20 DE MAIO DE 2021, às 14:00h. Local: Sala de licitações e contratos desta prefeitura, situada na Praça dos Três Poderes, 95 - Brotas de Macaúbas/BA, CEP 47560-000. Os interessados poderão obter informações e/ou Edital e seus anexos no site: http://www.acaoinformacao.com.br/ba/brotas-demacaubas/editais/, http://doem.org.br/ba/brotas-demacaubas/editais/, diretamente na Prefeitura, setor de Licitações e contratos situada na Praça dos Três Poderes, 95 - Brotas de Macaúbas/BA, CEP 47560-000, no horário 08h30min às 12h00min; 14h00min às 16h30min, de segunda a sexta-feira. Fone: (77)3644-2153, ou através do e-mail: setorcplpm@gmail.com. Brotas de Macaúbas-BA, 05/05/2021. ROBERTA RODRIGUES MENDES. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGIAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021. A Prefeitura Municipal de Angial, Estado da Bahia, torna público que realizará no dia 19 de maio de 2021 às 19:00hrs, sobre critério de menor preço por lote, licitação na modalidade Pregão Presencial PP 006/2021, cujo objeto e a contratação de empresa para fornecimento de material de construção, elétrico e hidráulico destinados para serem utilizados em manutenção preventiva e corretiva de prédios públicos (móveis) das diversas secretarias, vias públicas, solicitado pela Secretaria Municipal de Administração, conforme informações contidas no edital. O edital estará disponível nos sites www.angial.ba.gov.br, informações e esclarecimentos à Pça Durvalmirino Bandeira Colé, nº 01, Centro - Angial - Bahia, CEP: 47.960-000 ou através do e-mail licitacao@angial.ba.gov.br. Angial/BA, 06 de maio de 2021. Lindberg de Oliveira/Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021. A Prefeitura Municipal de Angial, Estado da Bahia, torna público que realizará no dia 19 de maio de 2021 às 16h00min, sobre critério de menor preço por lote, licitação na modalidade Pregão Presencial PP 007/2021, cujo objeto e a contratação de empresa especializada para prestação de serviço/fornecimento de links dedicados de internet por autovigilância, descaracterização por intrusão, incineração ou plenas dos resíduos e destino final ambientalmente adequados dos rejeitos visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Angial, conforme informações contidas no edital. O edital estará disponível nos sites www.angial.ba.gov.br, informações e esclarecimentos à Pça Durvalmirino Bandeira Colé, nº 01, Centro - Angial - Bahia, CEP: 47.960-000 ou através do e-mail licitacao@angial.ba.gov.br. Angial/BA, 06 de maio de 2021. Lindberg de Oliveira/Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021. A Prefeitura Municipal de Angial, Estado da Bahia, torna público que realizará no dia 19 de maio de 2021 às 16h00min, sobre critério de menor preço por lote, licitação na modalidade Pregão Presencial PP 008/2021, cujo objeto e a contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, acondicionamento, tratamento por autovigilância, descaracterização por intrusão, incineração ou plenas dos resíduos e destino final ambientalmente adequados dos rejeitos visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Angial, conforme informações contidas no edital. O edital estará disponível nos sites www.angial.ba.gov.br, informações e esclarecimentos à Pça Durvalmirino Bandeira Colé, nº 01, Centro - Angial - Bahia, CEP: 47.960-000 ou através do e-mail licitacao@angial.ba.gov.br. Angial/BA, 06 de maio de 2021. Lindberg de Oliveira/Pregoeiro.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,278	R\$ 5,278
Dólar Turismo	R\$ 5,267	R\$ 5,440
Euro turismo	R\$ 6,364	R\$ 6,366

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	119.920,61	-0,30%

POUPANÇA

07/05/2021 0,1590 %

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,85%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

LUCRO DA AMBEV

2,7

bilhões de reais foi o lucro líquido registrado pela Ambev, maior fabricante de cerveja e refrigerantes da América Latina, no primeiro trimestre de 2021. Uma alta de 125,7% em relação aos 3 primeiros meses de 2020 (R\$ 1,211 bilhões), segundo balanço divulgado ontem. A receita líquida da companhia cresceu 27,8%, atingindo R\$ 16,6 bilhões, resultado do crescimento do volume em 11,6% e da receita líquida por hectolitro (ROL/hl) em 14,5%.

BRASIL

RIO IDENTIFICA NOVA VARIANTE EM CIRCULAÇÃO

ALERTA A Secretaria Estadual de Saúde do Rio (SES-RJ) identificou uma nova variante do coronavírus em circulação em território fluminense. A cepa recebeu o nome de P.1.2, por se tratar de uma alteração ocorrida na linhagem P.1 — que surgiu em Manaus.

Não se sabe se a P.1.2 é mais letal ou mais transmissível. O impacto epidemiológico ainda será avaliado. O Rio já tinha identificado uma variação, a P.2, que já circulava pelo país.

A P.1.2 foi identificada em 5,85% das 376 amostras submetidas à segunda etapa do sequenciamento genético realizado pela secretaria. A P.1 permanece em maior frequência, com 91,49%.

LEIA MAIS NAS PÁGS. 16 E 17

BOLETIM COVID

15

Milhões de pessoas já foram contaminadas pela covid-19 no Brasil, número alcançado com os 72.559 casos registrados de quarta-feira para ontem. Foram 2.531 mortes em 24 horas, totalizando 417.176 óbitos desde o início da pandemia. Dois estados estão em alta nas mortes: PR e CE.

CHACINA EM SC: POLÍCIA VAI PERICIAR NOTEBOOK DE AUTOR

CRECHE A Justiça de Santa Catarina determinou ontem a prisão preventiva do jovem de 18 anos que provocou a morte de cinco pessoas em uma creche em Saudades, no interior do estado, e autorizou, também, a quebra do sigilo de um notebook e um pendrive que foram apreendidos na casa do agressor.

Por meio da perícia em arquivos do computador e no histórico de navegação da internet, os investigadores pretendem descobrir qual foi a motivação do crime e se Fabiano Kipper Mai teve ajuda de alguém para planejar o ataque no centro de educação infantil Aquarela com uma faca e uma adaga antecorrente. Segundo o relato de um familiar do jovem à polícia, uma das armas, inspirada em uma espada nina japonesa, foi comprada há poucos dias numa plataforma digital de varejo.

O criminoso está hospitalizado na cidade de Chapecó, sem previsão de alta, e escoltado pela polícia. Ontem, centenas de pessoas acompanharam o velório e o enterro das vítimas do atentado: três bebês e duas professoras.

Coronavac: 10 capitais param vacinação com 2ª dose

PANDEMIA A falta de imunizantes da Coronavac paralisou a vacinação com a 2ª dose em 10 capitais brasileiras ontem: Aracaju, Belo Horizonte, Campo Grande, Maceió, Natal, Porto Alegre, Porto Velho, Salvador, Recife e Teresina. Porto Alegre e Belo Horizonte interromperam a aplicação apenas da 2ª dose, enquanto as demais também estão sem aplicar a 1ª. Salvador, que limitou a aplicação na quarta, está sem vacinas e também parou a imunização.

Porto Alegre havia normalizado a vacinação na quarta, mas a pouca quantidade de vacinas gerou nova paralisação. Aracaju e Natal são outras cidades sem doses e sem vacinar com a 1ª e a 2ª dose da Coronavac. Dados do Ministério da Saúde mostram que a vacina do Instituto Butantan representa

Dados do Ministério da Saúde mostram que a vacina do Instituto Butantan representa 75,2% dos imunizantes contra a covid aplicados em todo o país

75,2% dos imunizantes contra a covid aplicados em todo o país desde o início da imunização, em 21 de janeiro.

A suspensão da 2ª dose ocorre, segundo o Ministério da Saúde, por recomendação da gestão de Eduardo Pazuello em aplicar todo estoque como 1ª dose e não reservar para a 2ª.

O número de pessoas vacinadas com ao menos uma dose contra a covid-19 no Brasil chegou ontem a 34.220.432, o equivalente a 16,16% da população total. De quarta-feira para ontem, 816.099 pessoas receberam a vacina, de acordo com dados reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa junto a secretarias de saúde de 26 Estados e Distrito Federal.

Entre os mais de 34 milhões de vacinados, 17.335.070 receberam a segunda dose, o que representa 8,19% da população com a

vacinação completa contra o novo coronavírus. Nas últimas 24 horas, 295.607 pessoas receberam essa dose de reforço. Somando as vacinas de primeira e segunda dose aplicadas, o Brasil aplicou 1.111.706 imunizantes no dia de ontem.

Em termos proporcionais, o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul são os Estados que mais vacinaram a população até aqui: 20,96% e 20,62% dos habitantes receberam ao menos a primeira dose, respectivamente. A porcentagem mais baixa é encontrada em Roraima, Acre e Amapá, onde 10,81%, 10,82% e 10,89% receberam a primeira dose da vacina, respectivamente.

Em números absolutos, o maior número de vacinados com a primeira dose está em São Paulo (8,23 milhões), seguido por Minas Gerais (3,55 milhões) e Bahia (2,56 milhões).

Polícia Civil apreende jovem que planejava ataque em escola

CABO FRIO Uma operação da Polícia Civil apreendeu um jovem de 15 anos ontem, em Cabo Frio, no Rio. O adolescente planejava um ataque para matar pessoas em uma escola do município, semelhante ao que aconteceu numa creche em Saudades, em Santa Catarina, e deixou cinco mortos, sendo três crianças, na última terça.

Segundo o delegado Carlos Eduardo Almeida, titular em Cabo Frio, o laboratório de crimes cibernéticos de Brasília enviou na noite de quarta-feira a informação de que um massacre poderia acontecer.

Na manhã de ontem, policiais foram a locais apontados nos relatórios e encontraram o adolescente na casa

dos pais, junto ao material que seria usado no atentado (botas nazistas, martelo, bombas caseiras e facas). Um caderno com ilustrações nazistas também foi apreendido.

O adolescente foi levado para 126ª DP de Cabo Frio, para apuração dos fatos, juntamente com seus responsáveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FILADÉLFIA / BA
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2021

A Prefeitura Municipal de Filadélfia-BA, torna público que a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município, em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas, durante o período de 12 (doze) meses, na sua Sede sita à Avenida Antônio Carlos Magalhães nº 287 - Centro - Filadélfia/BA, estará realizando credenciamento para contratação direta de pessoa jurídica para atuação nos serviços especializados de Medicina em realização de exames laboratorial, regulação de procedimentos de saúde, para atendimento à População do Município de Filadélfia/BA. O edital contendo as instruções encontra-se à disposição dos interessados no endereço: <http://www.impulsoes.org.br/filadelfia/> ou através de solicitação no e-mail: licitamf@gmail.com, 06/05/2021. Welton Paixão da Silva Lima - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACULÉ
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDCIAMENTO 002/2021-FMS

O Município de Caculé - Bahia, em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal da República de 1988, em especial os seus artigos 196 e seguintes, as Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, as normas gerais da Lei nº 8.669/1993 e suas posteriores alterações, torna público aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDCIAMENTO Nº 002/2021-FMS no período de 10 de maio de 2021 a 31 de dezembro de 2021, em horário de expediente, das 7h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, na Secretaria Municipal de Saúde, sito à Praça Coração de Jesus, nº 191, Centro, Caculé - Bahia. Objeto: Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos de urgência e emergência em saúde pública para atender às necessidades do Município de Caculé/BA, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde. Os demais atos serão publicados no Diário Oficial do Município, link: Diário Oficial do Município - Prefeitura Municipal de Caculé/BA (cacule.ba.gov.br) e no Portal da Transparência - Prefeitura Municipal de Caculé/BA (cacule.ba.gov.br). Mantieni Gonçalves - Secretária Municipal de Saúde; Pedro Dias da Silva - Prefeito Municipal. Caculé, BA - 07/05/2021.

SECRETARIA DA SAÚDE Estado da Bahia

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE - SAFTEC. AVISO DE DISPENSA EMERGENCIAL
A Coordenação de Compras da SAFTEC torna público que está aberto até dia 14/05/2021 o prazo para entrega de propostas, na 4ª Avenida nº 400, 2º andar, Prédio Anexo, CAB - Salvador-BA, CEP 41.145-005, bem como pelo endereço eletrônico saftec.compras@saude.ba.gov.br para as aquisições dos medicamentos listados abaixo, para atender Determinação Judicial.

Dispensa Nº 119/2021 - LUMACAFATOR, 200MG + IVACAFATOR 125MG, COMPRIMIDO - 1.344 UNIDADES.

Dispensa Nº 120/2021 - LUMACAFATOR, 100MG + IVACAFATOR 125MG, COMPRIMIDO - 672 UNIDADES.

Dispensa Nº 121/2021 - SIROLIMUS 2MG DRAGAGEA - 180 UNIDADES. Conforme previsão do art. 59, inciso V da Lei Estadual nº 9.433/2005. Os interessados poderão obter informações no endereço citado acima, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h, ou através do telefone: (71) 3115-8375. Salvador, 06 de Maio de 2021. **Mª Fernanda Yanete Diretora Administrativa DA/SAFTEC/SESAB.**

SESAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBURANAS - BA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021. A Pregoeira torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2021, Processo Administrativo 080/2021, Tipo: MAIOR DESCONTO POR ITEM, Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de peças para veículos, para a manutenção preventiva e corretiva, visando atender às necessidades da frota veículos pertencentes a Prefeitura Municipal de Umburanas - Bahia. Sessão de Abertura: às 09:00h do dia 21/05/2021 e será realizada no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. Maiores informações através do tel. (74) 3528-1258 das 08:00h às 12:00h. Os interessados poderão obter o Edital pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Umburanas ou na sede Prefeitura Municipal de Umburanas - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 12:00h.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021. A Pregoeira torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2021, Processo Administrativo 081/2021, Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, Objeto: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar dos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino do Município de Umburanas/BA. Sessão de Abertura: às 09:00h do dia 20/05/2021 e será realizada no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. Maiores informações através do tel. (74) 3528-1258 das 08:00h às 12:00h. Os interessados poderão obter o Edital pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Umburanas ou na sede Prefeitura Municipal de Umburanas - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 12:00h. Umburanas, 06 de maio de 2021. Ingrid Lopes Bruno da Gama, Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANÓPOLIS - BA

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2021. Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, objetivando a formalização de termo de colaboração/fomento, em regime de mútua cooperação com a prefeitura municipal de Santanópolis, para prestar apoio ao programa juntos pela administração, para fortalecer o sistema municipal das secretarias de administração, educação, saúde e assistência social do município, conforme critérios, e termos e condições estabelecidos no edital e no seu anexo. O edital encontra-se disponível em sua integralidade no site: <https://www.indap.org.br/cad.php?redir=true&estado=Bahia&categoria=Santanopolis&palavra=Prefeitura&pg=buscar#>. SANTANÓPOLIS-BA (BA), 06 de maio de 2021. Ana Angelica Santos da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2021PE
O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS torna público que realizará o PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2021PE, de acordo com o PAD Nº 026/2021CPL. Objeto: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, INCLUIDOS MOTORISTA(S) E/OU OPERADOR E COMBUSTÍVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS-BA. Abertura: Das 08:00 horas do dia 19/05/2021 às 08:30 horas do dia 19/05/2021. Disputa: Às 09:00 horas do dia 19/05/2021, pelo sistema da Bolsa Licitações do Brasil (BLI), disponível em: www.bli.org.br. Edital disponível em: www.bli.org.br e www.sebastiaoaranjeiras.ba.gov.br; (77) 3668-2243. Em 06 de maio de 2021, Tayguara do Nascimento Vieira Santos, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2021PE
O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS torna público que realizará o PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2021PE, de acordo com o PAD Nº 042/2021CPL. Objeto: FORMAÇÃO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA REPOSIÇÃO EM BOMBAS E BEM COMO FORNECIMENTO DE BOMBAS SUBMERSÍVEIS E MOTOBOMBAS CENTRÍFUGAS, E TAMBÉM PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DAS COMUNIDADES RURAIS E LOCAIS URBANOS QUE POSSUEM BOMBAS SUBMERSAS E OU MOTORES-BOMBAS DO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS-BA. Abertura: Das 13:00 horas do dia 19/05/2021 às 13:30 horas do dia 19/05/2021. Disputa: Às 14:00 horas do dia 19/05/2021, pelo sistema da Bolsa Licitações do Brasil (BLI), disponível em: www.bli.org.br. Edital disponível em: www.bli.org.br e www.sebastiaoaranjeiras.ba.gov.br; (77) 3668-2243. Em 06 de maio de 2021, Tayguara do Nascimento Vieira Santos, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2021PE
O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS torna público que realizará o PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2021PE, de acordo com o PAD Nº 047/2021CPL. Objeto: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA FORNECIMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E SEUS ÓRGÃOS. Abertura: Das 08:00 horas do dia 20/05/2021 às 08:30 horas do dia 20/05/2021, pelo sistema da Bolsa Licitações do Brasil (BLI), disponível em: www.bli.org.br. Edital disponível em: www.bli.org.br e www.sebastiaoaranjeiras.ba.gov.br; (77) 3668-2243. Em 06 de maio de 2021, Tayguara do Nascimento Vieira Santos, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 018/2021PE
O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS torna público que realizará o PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 018/2021PE, de acordo com o PAD Nº 057/2021CPL. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE PARALELÉPIPEDO PARA CALÇAMENTO DE DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA. Abertura: Das 13:00 horas do dia 20/05/2021 às 13:30 horas do dia 20/05/2021. Disputa: Às 14:00 horas do dia 20/05/2021, pelo sistema da Bolsa Licitações do Brasil (BLI), disponível em: www.bli.org.br. Edital disponível em: www.bli.org.br e www.sebastiaoaranjeiras.ba.gov.br; (77) 3668-2243. Em 06 de maio de 2021, Tayguara do Nascimento Vieira Santos, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 019/2021PE
O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS torna público que realizará o PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 019/2021PE, de acordo com o PAD Nº 058/2021CPL. Objeto: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE. Abertura: Das 08:00 horas do dia 21/05/2021 às 08:30 horas do dia 21/05/2021. Disputa: Às 09:00 horas do dia 21/05/2021, pelo sistema da Bolsa Licitações do Brasil (BLI), disponível em: www.bli.org.br. Edital disponível em: www.bli.org.br e www.sebastiaoaranjeiras.ba.gov.br; (77) 3668-2243. Em 06 de maio de 2021, Tayguara do Nascimento Vieira Santos, Pregoeiro.

FAROL
ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

ÂNCORA
SUSTENTÁVEL

A Braskem está dando um importante passo rumo a uma atuação ainda mais sustentável. O parque de energia eólica que vai fornecer energia renovável para a empresa pelos próximos 20 anos entrou em operação nesta semana. A EDF Renewables iniciou a operação do Complexo Eólico Folha Larga Norte, situado em Campo Formoso (BA), que suprirá demanda energética da petroquímica baiana. Com um investimento total de R\$ 1,5 bilhão e 344 megawatts (MW) de capacidade instalada, Folha Larga Norte fornecerá energia renovável suficiente para abastecer 850 mil lares – quase uma cidade como Salvador. A construção do parque eólico contou com um plano de contratação e capacitação de mão de obra local. No pico de obras, o empreendimento chegou a ter mais de 800 pessoas, sendo 67% da região. Folha Larga Norte foi viabilizado pela contratação de venda de energia em leilões e no mercado livre pela celebração do compromisso com a Braskem como consumidor âncora, além de outros agentes. Pelo acordo, a maior petroquímica das Américas se comprometeu a comprar energia do projeto da EDF Renewables por 20 anos.

Assumimos recentemente o compromisso de nos tornarmos carbono neutro até 2050

Gustavo Checcucci
Diretor de Energia da Braskem

Busca no mercado

Dentro de um amplo projeto de iniciativas voltadas para geração distribuída de energia, a Tim está recebendo propostas para adquirir usinas de fontes renováveis em todo o país. A operadora busca plantas de menor capacidade, mas que, combinadas, abastecerão aproximadamente 7 mil antenas e lojas em 11 Estados brasileiros, com volume total de 14GWh por mês. A Tim procura empresas que trabalhem com as tecnologias solar, eólica, hidráulica e biomassa. A meta é ter 90% do seu consumo de energia proveniente de fontes renováveis até 2025.

Mercado pet

A Mundo Pet investiu R\$ 8,7 milhões em três novas lojas e um espaço de convivência para tutores e pets, em Salvador, gerando 74 vagas de trabalho. As novas unidades serão abertas na Pituba e Graça, na próxima segunda-feira (10), e no Salvador Shopping, ainda este mês. Além disso, a rede vai inaugurar o espaço de convivência Mundo Pet Play, no estacionamento da matriz, no Rio Vermelho. O diretor da rede Luis André Bastos ainda revela planos de expansão para outras capitais do Nordeste e Norte.

Lifehub

A demanda crescente por qualidade de vida está fomentando a busca por um novo tipo de empreendimento. Nesta linha, o mercado imobiliário ganhou novo gás durante a pandemia, com a oferta dos chamados lifehub, unindo moradia, lazer, trabalho, saúde, cultura, educação, sustentabilidade e conectividade. Um exemplo é o Terraço Cabula, lançado nesta semana pela BRL Incorpor, com um volume geral de vendas (VGV) estimado em R\$ 70 milhões.

8,7

milhões de reais foram investidos pela rede Mundo Pet em Salvador

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras



Tatá Werneck, Rafael Vitti, Marcus Majella e outros familiares e artistas foram ao velório de Paulo Gustavo

Familiares e amigos se despedem de Paulo Gustavo

RIO DE JANEIRO O corpo do humorista Paulo Gustavo, que faleceu na última terça-feira por complicações da covid-19, foi cremado ontem em Niterói, no Rio de Janeiro. Antes da cremação, o ator foi velado no salão nobre do Cemitério Parque da Colina, também no Rio. De acordo com a revista Istoé, cerimônia íntima e restrita contou apenas com os familiares e amigos próximos de Paulo, como seu marido, o médico dermatologista Thales Bretas, a mãe Déa Lucia e a irmã Juliana Amaral. Já entre os amigos famosos dele estavam Preta Gil com o marido, Rodrigo Godoy, Tatá Werneck, Rafael Vitti, Ingrid Guimarães, Monica Martelli, Samantha Schmitz, entre outros. Os que não compareceram no crematório, como Angélica, Luciano Huck, Fábio Porchat e Regina Casé, enviaram coroas de flores em homenagem ao amigo.

Tatá, que não estava saindo de casa por conta da pandemia, usou protetor facial e duas máscaras. Ela estava desolada. A atriz passou os últimos meses convocando orações diárias pela saúde do amigo pelas redes sociais.

A também atriz Mônica Martelli revelou que a mãe e inspiração do humorista Paulo Gustavo fez um agradecimento ao filho na

A também atriz Mônica Martelli revelou que a mãe e inspiração do humorista Paulo Gustavo fez um agradecimento ao filho na hora da despedida. “Meu filho, obrigada por você ter me escolhido para ser sua mãe”, disse Déa Lucia

hora da despedida. “Meu filho, obrigada por você ter me escolhido para ser sua mãe”, disse Déa Lucia, de acordo com Mônica, que era amiga próxima de Paulo Gustavo. A declaração da atriz foi dada em um vídeo emocionante para o programa Saia Justa, do canal GNT.

Paulo Gustavo estava internado desde o dia 13 de março e foi intubado no dia 21. O ator, que passou a maior parte do tratamento em estado muito grave, havia apresentado alguma melhora no fim de semana. Na segunda-feira, 3, porém, ele teve uma embolia, insuficiência cardíaca e lesões cerebrais devido a uma fistula broncovascular, uma espécie de abertura entre os pulmões e as veias. Seu grande sucesso foi o espetáculo Minha Mãe é uma Peça, que deu origem a três filmes.

SECRETARIA DA SAÚDE Estado da Bahia

AVISO DE REMARCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2021, ID: 857201 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC), comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO, e com sessão de abertura então designada para o dia 05/03/2021 às 10h00min (Horário e Brasília), FICA REMARCADA para o dia 20/05/2021, às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Medicamento: ANLÓDIPINO, OXANDANETRONA, ALENDRONATO, etc., “REGISTRO DE PREGÃO”. Família(s): 65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: fernando.pinto@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-8334 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma VI Lado “A” Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 06/05/2021. Fernando Lima Pinto - Pregoeiro (a) Oficial.

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE Estado da Bahia

AVISO DE REMARCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 037/2021, ID: 857367 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC), comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO, e com sessão de abertura então designada para o dia 15/03/2021 às 10h00min (Horário e Brasília-DF), FICA REMARCADA para o dia 19/05/2021, às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF). Objeto: Aquisição de Medicamento: IPRAFATROPI, CARVEDILOL, CARBAMAZEPINA, etc., “REGISTRO DE PREGÃO”. Família(s): 65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: luciara.chaves@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-8334 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma VI Lado “A” Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 06/05/2021. Luciara de Jesus Chaves - Pregoeiro (a) Oficial.

OBSERVAÇÃO: Matéria republicada para retificação. Onde se lê: Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 037/2021, leia-se: AVISO DE REMARCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 037/2021.

SESAB

FLORESTA NACIONAL DE CANELA SERÁ CONCEDIDA

EDITAL O Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou o item edital para concessão da Floresta Nacional de Canela (Flona de Canela), localizada no Rio Grande do Sul. Segundo o MMA, que espera cerca de R\$ 93 milhões em investimento, o objetivo é fomentar o ecoturismo nessa unidade, a exemplo de outras frentes similares que estão sendo desenvolvidas em outros parques nacionais e unidades de conservação federais. A Flona de Canela tem uma área de aproximadamente 557 hectares, com altitudes que variam de 740 a 840 metros. A unidade apresenta áreas de Mata Atlântica, e se destaca entre as turísticas com maior potencial na principal rota turística do Sul do Brasil, a Serra Gaúcha.

AL-BA renova calamidade pública de 23 municípios



A AL-BA renovou o reconhecimento da ocorrência de calamidade pública por causa da pandemia

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Assembleia Legislativa da Bahia renovou o reconhecimento da ocorrência de calamidade pública por causa da pandemia da Covid-19 em mais 23 municípios baianos. São eles: Abaíra, Acajutiba, Adustina, Barro Alto, Cabaceiras do Paraguaçu, Cafarnaum, Canudos, Cordeiros, Filadélfia, Ibirapua, Ibotirama, Itarantim, Lamarão, Mucugê, Muniz Ferreira, Muritiba, Ouricangas, Piatã, Quijingue, Salinas da Margarida, Sítio do Quinto, Curaçá e Jaguarari.

O reconhecimento de calamidade pública pelo Legislativo está previsto no Art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O dispositivo abranda os limites da lei, ao suspender contagem de prazos, dispensar o cumprimento de metas fiscais, assim como limites e condições na contratação de operação de crédito e recebimento de transferências voluntárias de recursos de outros entes federativos.

O projeto de decreto legislativo é subscrito pelo presidente da ALBA, deputado Adolfo Menezes (PSD), e por todos os outros oito integrantes da Mesa Diretora. Ao justificar a renovação

do decreto de calamidade pública, os parlamentares pontuaram a pandemia efetivamente se alastrou por todo o Estado, infectando cerca de 870 mil pessoas e levando a mais de 17.570 óbitos. "A despeito das medidas de enfrentamento e combate ao coronavírus adotadas pelo Governo do Estado e pelos prefeitos, a pandemia ganhou força, entrando em nova fase de recrudescimento, depositando todo o povo brasileiro suas esperanças no processo de vacinação que deve se iniciar em breve, ainda que com atraso em relação a outros países", acrescentou o documento. Dessa forma, "o reco-

nhecimento do estado de calamidade pública dos municípios faz-se necessário notadamente para a dispensa do atingimento das metas fiscais e limitações de empenho estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000)".

"Cumprido, portanto, o Poder Legislativo, mais uma vez, o seu dever de prestar apoio aos municípios baianos e à população do Estado, para o enfrentamento a uma das mais graves crises deste século, seja com relação à saúde das pessoas e às dificuldades do sistema hospitalar", concluíram eles.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 07/05/2021	Página: 06

Tribuna

Governador vai investir R\$ 4,25 milhões em gestão ambiental

A gestão ambiental na Bahia recebeu um importante investimento do Governo do Estado nesta quinta-feira (6). Em cerimônia transmitida ao vivo, pelas redes sociais, o governador Rui Costa autorizou a celebração de 18 convênios com consórcios públicos intermunicipais por meio do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) da Secretaria do Meio Ambiente (Sema). A ação representa um investimento de R\$ 4,25 milhões, que vão beneficiar 270 municípios baianos. Na ocasião, foram firmados 10 novos convênios e realizada a assinatura de protocolo para celebração de mais oito convênios com consórcios públicos intermunicipais para o biênio 2021/2023.

O governador reforçou que a descentralização da gestão ambiental por meio

dos consórcios é relevante para o fortalecimento das prefeituras e desenvolvimento do estado. "Nós temos apostado nesse formato de consórcio e temos sucesso absoluto nos consórcios de saúde. Essa é uma articulação do Estado com os municípios para acelerar o licenciamento ambiental. Uma vez concedendo a licença, as prefeituras poderão dar continuidade ao processo e, com isso, ter mais celeridade neste processo. Aplicamos este investimento de R\$ 4,25 milhões com muito prazer para fazer avançar a agenda ambiental do estado. Esse modelo de gestão compartilhada fortalece o ente municipal e acelera o desenvolvimento da Bahia", declarou.

Os novos convênios beneficiam os diversos consórcios no estado.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 07/05/2021	Página: 07

Tribuna

Rui entrega duplicação de rodovia e autoriza construção de colégios

O governador Rui Costa inaugurou ontem (6), em Ilhéus, a obra de recuperação e duplicação da BA-001, no trecho entre as proximidades do Hotel Opaba e o Entroncamento da BR-251. A obra coordenada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra) tem extensão de 5,4 quilômetros e é resultado de um investimento de R\$ 10,5 milhões.

O ato de entrega da estrada vai acontecer na Rotatória do Hotel Opaba. No mesmo local, Rui assina ordem de serviço para construção de um prédio escolar com 25 salas para sediar os colégios estaduais Rotary Renato Leite da Silva e Paulo Américo. O trabalho será coordenado pela Secretaria de Educação do estado (SEC).

Itabuna

O governador Rui Costa estará nesta sexta-feira (7), em Itabuna, onde vai entregar, às 9h, a obra de recuperação do Semi-Anel Rodoviário do município. O trabalho abrange uma extensão de mais de 7 km e foi realizado pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), com investimentos de R\$ 8,5 milhões. A inauguração da nova pavimentação do trecho de rodovia vai acontecer no trevo entre os bairros Mutuns e Santa Inês.

Ainda em Itabuna, Rui assina ordem de serviço para a secretaria estadual de Educação (SEC) construir unidade escolar de tempo integral, com 24 Salas de aula. Ele também vai visitar o Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde, situado no município.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 07/05/2021	Página: 07

Tribuna

Governo assina contrato para implantação de Centros de Economia Solidária

Na manhã desta quinta-feira (6), o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), assinou os contratos de gestão para a implantação e operação de dois Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol), um na região da Chapada Diamantina, com investimento de R\$ 1,6 milhões; e outro na cidade de Porto Seguro, na região da Costa do Descobrimento, com um investimento de R\$ 1 milhão. O ato de assinatura ocorreu na sede da Setre, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador.

Para o secretário da Setre, Davidson Magalhães, a importância deste investimento está no acompanhamento aos em-

preendimentos, permitindo a emancipação econômica de pessoas que não têm acesso à crédito e nem à assistência técnica. "Os centros de economia solidária se constituem nas mais importantes políticas públicas de economia solidária do país, que tem como objetivo principal fortalecer a economia regional e local, gerando emprego e renda em toda a Bahia", explicou.

O Prefeito de Jacobina esteve presente nas assinaturas do contrato e expressou sua alegria em poder participar da implantação do centro público em sua região "Este equipamento vai transformar e fortalecer as políticas públicas no território da Chapada e nos nove municípios do entorno".

Veículo: Gov Bahia	
Data: 07/05/2021	



Governo autoriza investimento de R\$ 4,25 milhões em gestão ambiental na Bahia

6 maio 2021

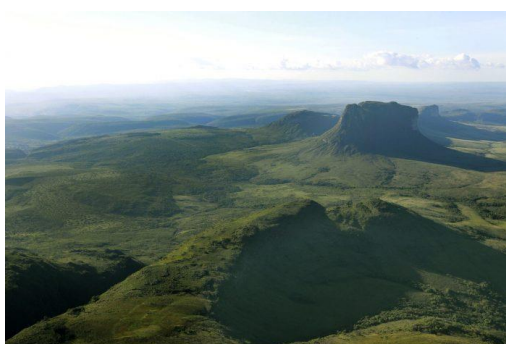


Foto: Divulgação

A gestão ambiental na Bahia recebeu um importante investimento do Governo do Estado nesta quinta-feira (6). Em cerimônia transmitida ao vivo, pelas redes sociais, o governador Rui Costa autorizou a celebração de 18 convênios com consórcios públicos intermunicipais por meio do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) da Secretaria do Meio Ambiente (Sema). A ação representa um investimento de R\$ 4,25 milhões, que vão beneficiar 270 municípios baianos. Na ocasião, foram firmados 10 novos convênios e realizada a assinatura de protocolo para celebração de mais oito convênios com consórcios públicos intermunicipais para o biênio 2021/2023.

O governador reforçou que a descentralização da gestão ambiental por meio dos consórcios é relevante para o fortalecimento das prefeituras e desenvolvimento do estado. “Nós temos apostado nesse formato de consórcio e temos sucesso absoluto nos consórcios de saúde. Essa é uma articulação do Estado com os municípios para acelerar o licenciamento ambiental. Uma vez concedendo a licença, as prefeituras poderão dar continuidade ao processo e, com isso, ter mais celeridade neste processo. Aplicamos este investimento de R\$ 4,25 milhões com muito prazer para fazer avançar a agenda ambiental do estado. Esse modelo de gestão compartilhada fortalece o ente municipal e acelera o desenvolvimento da Bahia”, declarou.

Os novos convênios beneficiam os seguintes consórcios: Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina; Território do Recôncavo – CTR Recôncavo; CDS do Território Litoral Sul; CDS Vale do Jiquiriçá;

CDS do Território de Irecê; Médio Rio das Contas; CDS Intermunicipal do Vale do Rio Gavião; Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico; CDS Território Piemonte Diamantina; Território Litoral Norte e Agreste Baiano; Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica – CIMA; CDS da Costa do Descobrimento; CDS do Território da Bacia Paramirim; CDS Portal do Sertão; CDS Bacia do Jacuípe; Intermunicipal dos Municípios do Oeste Da Bahia – Consid; CDS Território Piemonte Norte do Itapicuru; e CDS do Alto Sertão.

O secretário do Meio Ambiente do Estado, João Carlos Oliveira, destacou que o investimento representa a descentralização da gestão ambiental na Bahia. “Nós estamos sempre em busca de uma agenda da pauta positiva do meio ambiente na Bahia. Meio ambiente é uma construção coletiva, e esses convênios fortalecem a gestão municipal. Os municípios poderão ter suporte técnico com contratação de profissionais na área ambiental para realização de licenciamento ambiental, fiscalização, suporte e outras demandas que se fizerem necessárias”, disse.

Programa de Gestão Ambiental Compartilhada

O principal objetivo do GAC é apoiar o processo de organização e ampliação da capacidade dos municípios para a gestão ambiental. O programa foi criado em 2008 e incorpora os aspectos centrais da lei complementar 140, do Governo Federal, sancionada em dezembro de 2011, que parte do princípio de que a competência pela gestão ambiental é compartilhada entre os entes federados.

Repórter: Jairo Gonçalves

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/05/2021	Caderno: Notícias



Sexta, 07 de Maio de 2021 - 08:20

Plano de Guedes para jovem nem-nem prevê pagamento de até R\$ 600

por Fábio Pupo | Folhapress

O plano do ministro Paulo Guedes (Economia) de conceder um pagamento aos jovens que hoje não estudam e não trabalham (os chamados “nem-nem”) em um novo programa de incentivo à qualificação profissional prevê uma quantia a ser arcada por empresas. Com isso, o valor recebido pela pessoa pode chegar a R\$ 600.

O desenho do programa e os valores ainda estão sendo estudados. Mas a previsão inicial é que de R\$ 250 a R\$ 300 sejam pagos pelos cofres da União mensalmente ao jovem participante, e uma parcela igual seja paga pelas empresas.

Antes, as informações ventiladas sobre o programa eram de que ele seria bancado apenas pelos cofres públicos e o pagamento ficaria entre R\$ 250 e R\$ 300.

Com os dois pagamentos, o programa permitiria ao jovem receber o equivalente ao salário mínimo por hora – o que, na visão do governo, eliminaria problemas jurídicos sobre valores abaixo do permitido. A carga horária seria parcial, por isso o montante não alcançaria o salário mínimo (de R\$ 1.100).

O pagamento do governo está sendo chamado internamente de BIP (bônus de inclusão produtiva), enquanto o valor desembolsado pelas empresas está sendo chamado inicialmente de BIQ (bônus ou bolsa de incentivo à qualificação). Os planos do BIP foram antecipados pelo jornal Folha de S.Paulo neste ano.

O jovem teria durante o programa um vínculo especial com a empresa, dentro de um regime de treinamento. Também haveria um período máximo de duração, podendo ser de até quatro meses.

Enquanto as discussões sobre a modelagem continuam, o Ministério da Economia já estabeleceu que apenas uma faixa etária da população seria permitida a entrar no programa. O objetivo é contemplar até 2 milhões de jovens.

Um dos modelos desenhados pelo Ministério da Economia previa parcerias com órgãos do sistema S, que seriam responsáveis por oferecer os treinamentos. Mas também pode haver treinamentos fora do sistema S e até de forma direta pelas empresas.

O Ministério da Economia trabalha com a ideia de o programa funcionar em fase de testes durante a pandemia, considerando mantê-lo após a crise da Covid-19.

Ainda está sendo estudada a forma de financiamento da medida, e não está descartado o uso de crédito extraordinário neste ano (que fica fora do Orçamento e é permitido em casos de urgência e imprevisibilidade).

A visão é que é preciso um tipo de política para estimular o emprego do público-alvo, já que o setor formal tem sido atendido com o programa de manutenção do emprego (que permite à empresa cortar salário e jornada ou suspender o contrato de trabalho, com o pagamento de um benefício público ao empregado afetado).

O BIP e o BIQ estão previstos para os próximos meses, mas ainda pode demorar devido à complexidade do desenho e também ao próprio ritmo da pandemia –que afeta a contratação para a qualificação in loco.

O Ministério da Economia não vê o BIP como um substituto direto do auxílio emergencial e entende que os programas são independentes.

O auxílio emergencial foi renovado em 2021, de abril a julho. O benefício varia de acordo com a composição da família e as parcelas vão de R\$ 150 a R\$ 375 por mês. No caso do Bolsa Família, o benefício médio fica na faixa de R\$ 190 por mês.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/05/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 06 de Maio de 2021 - 20:45

Governador autoriza investimento de R\$ 4,25 milhões em gestão ambiental na Bahia

A gestão ambiental na Bahia recebeu um investimento do Governo do Estado nesta quinta-feira (6). O governador Rui Costa (PT) autorizou a celebração de 18 convênios com consórcios públicos intermunicipais por meio do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) da Secretaria do Meio Ambiente (Sema). A ação representa um investimento de R\$ 4,25 milhões, que vão beneficiar 270 municípios baianos. Na ocasião, foram firmados 10 novos convênios e realizada a assinatura de protocolo para celebração de mais oito convênios com consórcios públicos intermunicipais para o biênio 2021/2023.

O governador reforçou que a descentralização da gestão ambiental por meio dos consórcios é relevante para o fortalecimento das prefeituras e desenvolvimento do estado. "Nós temos apostado nesse formato de consórcio e temos sucesso absoluto nos consórcios de saúde. Essa é uma articulação do Estado com os municípios para acelerar o licenciamento ambiental. Uma vez concedendo a licença, as prefeituras poderão dar continuidade ao processo e, com isso, ter mais celeridade neste processo. Aplicamos este investimento de R\$ 4,25 milhões com muito prazer para fazer avançar a agenda ambiental do estado. Esse modelo de gestão compartilhada fortalece o ente municipal e acelera o desenvolvimento da Bahia", declarou.

Os novos convênios beneficiam os seguintes consórcios: Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina; Território do Recôncavo - CTR Recôncavo; CDS do Território Litoral Sul; CDS Vale do Jiquiriçá; CDS do Território de Irecê; Médio Rio das Contas; CDS Intermunicipal do Vale do Rio Gavião; Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico; CDS Território Piemonte Diamantina; Território Litoral Norte e Agreste Baiano; Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica – CIMA; CDS da Costa do Descobrimento; CDS do Território da Bacia Paramirim; CDS Portal do Sertão; CDS Bacia do Jacuípe; Intermunicipal dos Municípios do Oeste Da Bahia – Consid; CDS Território Piemonte Norte do Itapicuru; e CDS do Alto Sertão.

O secretário do Meio Ambiente do Estado, João Carlos Oliveira, destacou que o investimento representa a descentralização da gestão ambiental na Bahia. "Nós estamos sempre em busca de uma agenda da pauta positiva do meio ambiente na Bahia. Meio ambiente é uma construção coletiva, e esses convênios fortalecem a gestão municipal. Os municípios poderão ter suporte técnico com contratação de profissionais na área ambiental para realização de licenciamento ambiental, fiscalização, suporte e outras demandas que se fizerem necessárias", disse.

O principal objetivo do GAC é apoiar o processo de organização e ampliação da capacidade dos municípios para a gestão ambiental. O programa foi criado em 2008 e incorpora os aspectos centrais da lei complementar 140, do Governo Federal, sancionada em dezembro de 2011, que parte do princípio de que a competência pela gestão ambiental é compartilhada entre os entes federados.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 06/05/21	



RUI AUTORIZA MAIS DE R\$ 4 MILHÕES PARA A GESTÃO AMBIENTAL DE 270 MUNICÍPIOS BAIANOS



admin 6 Maio, 2021

Uma solenidade virtual realizada na tarde desta quinta-feira (6) celebrou dez novos convênios e assinatura de protocolos para mais oito entre o governo da Bahia, por meio da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) e consórcios públicos intermunicipais. A iniciativa vai beneficiar 270 municípios para o biênio 2021/2023.

Os acordos serão firmados através do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), que tem como principal objetivo apoiar o processo de organização e ampliação da capacidade dos municípios para a gestão ambiental. Os recursos envolvidos somam cerca de R\$ 4,5 milhões.

“Essa é uma ação importante de parceria entre os consórcios. Estamos fazendo aquilo que acredito, que apostamos desde o início do nosso mandato. Temos um sucesso absoluto nos consórcios de saúde, queremos avançar nos consórcios de infraestrutura, queremos avançar nos consórcios de resíduos sólidos. Aqui é uma articulação para dar celeridade no licenciamento ambiental, estamos aplicando nos municípios para capacitação, contratação de pessoal. Na atividade pública cada passo que damos traz com ela mais responsabilidade no sentido de uma vez concedendo as licenças, cada prefeito será responsável pelo aspectos legais, eu tenho certeza que tudo ocorrerá bem”, disse o governador Rui Costa durante o evento.

Os novos convênios vão beneficiar os seguintes consórcios: Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina; Território do Recôncavo – CTR Recôncavo; CDS do Território Litoral Sul; CDS Vale do Jiquiriçá; CDS do Território de Irecê; Médio Rio das Contas; CDS Intermunicipal do Vale do Rio Gavião; Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico; CDS Território Piemonte Diamantina; Território Litoral Norte e Agreste Baiano; Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica – CIMA; CDS da Costa do Descobrimento; CDS do Território da Bacia Paramirim; CDS Portal do Sertão; CDS Bacia do Jacuípe; Intermunicipal dos Municípios do Oeste Da Bahia – Consid; CDS Território Piemonte Norte do Itapicuru; e CDS do Alto Sertão.

O Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) foi criado em 2008, e é uma iniciativa da Sema que incorpora os aspectos centrais da lei Complementar 140, do Governo Federal, sancionada em dezembro de 2011, que parte do princípio de que a competência pela gestão ambiental é compartilhada entre os entes federados.

Veículo: Política Livre	
Data: 07/05/2021	Caderno: Economia



Karla Borges

Economia

Professora de Direito Tributário, graduada em Administração de Empresas (UFBA) e Direito (FDJ), Pós-Graduada em Administração Tributária (UEFS), Direito Tributário, Direito Tributário Municipal (UFBA), Economia Tributária (George Washington University) e Especialista em Cadastro pelo Instituto de Estudios Fiscales de Madrid.

Reforma Tributária, NÃO!

A Constituição Federal (CF) determinou um novo marco no Federalismo Fiscal Brasileiro ao dotar Estados e Municípios de autonomia e competência tributária. O próprio artigo primeiro da CF estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se num Estado Democrático de Direito. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende, assim, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.

A União não deve intervir nos Estados nem no Distrito Federal, só em casos excepcionais e os seguintes princípios constitucionais são assegurados: forma republicana, sistema representativo e regime democrático; direitos da pessoa humana; autonomia municipal; prestação de contas da administração pública, direta e indireta. Desta forma, seria interessante que os leigos absorvessem que a decisão do Supremo Tribunal Federal, atribuindo aos estados e municípios competência para adotar medidas de restrição de locomoção durante a pandemia atende perfeitamente aos ditames constitucionais.

O sistema político descentralizado e a repartição obrigatória de receita prevista na CF permitiram que Estados e Municípios não sofressem um baque nas suas finanças. A arrecadação própria dos entes, as transferências constitucionais realizadas pela União, o pagamento do auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e à suspensão das dívidas com a União

propiciaram que Estados e Municípios pudessem atuar de forma sistemática nas políticas de combate ao corona vírus, sem comprometer os demais serviços públicos.

Todavia, no Brasil, realmente, ocorrem situações inusitadas e jamais vistas em nenhuma outra parte do mundo. No momento em que o país vive a sua segunda onda de contaminação, a União insiste em votar um projeto de reforma tributária. Ora, a implementação de uma modificação no sistema tributário de um país requer um ambiente propício, um governo forte, eficaz e com grande capacidade institucional, muito diferente do cenário que hoje se apresenta.

Retirar de estados e municípios tributos de peso para sua sustentabilidade e transferi-los à União é promover o enfraquecimento do pacto federativo, comprometer os gastos com saúde e a própria gestão da pandemia que cabia ao governo federal executar, mas não o fez, podendo sepultar de uma vez a autonomia fiscal dos entes subnacionais. Não é hora de reforma! O país está vivendo uma crise sanitária e política sem precedentes.

Faz-se necessário investimento público, não aumento de carga tributária diante de uma economia estagnada pela pandemia. Existem distorções absurdas na proposta para o segmento de prestação de serviços. A tributação sobre o consumo no Brasil é elevadíssima e deveria ser atenuada, aumentando o peso sobre a renda. A perseguição deveria ser pela regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, além da tributação sobre lucros e dividendos.

Paga tributo quem pode suportar a carga. Chega de insistir num sistema regressivo. Aqueles que têm maior capacidade contributiva devem colaborar mais, numa tentativa de diminuir as desigualdades existentes. A centralização nacional da apropriação da receita pública oriunda dos tributos não pode ser admitida pelos estados e municípios, pois distorceria o princípio federativo, característica marcante da república.

Veículo: Bahia.BA	
Data: 07.05.2021	Caderno: Economia

Variantes de Manaus e do Reino Unido são identificadas em 32 municípios da Bahia

Pasta recomendou que as pessoas evitem viagens para essas cidades

Foto: Jefferson Peixoto/SecomPMS

A Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) apontou a presença das “variantes de atenção” em 32 municípios baianos. Entre as cepas estão as identificadas em Manaus (P.1) e no Reino Unido (B.1.1.7). Por causa disso, a pasta recomendou que as pessoas evitem viagens para essas cidades.

Segundo o Cievs, a Bahia confirmou 93 casos da variante de Manaus, com 40 hospitalizações e 29 óbitos. Já da variante britânica foram confirmados 13 casos, com duas hospitalizações e duas mortes.

Confira a lista:

Amargosa

Anguera

Brumado

Camaçari

Cipó

Conceição do Jacuípe

Cruz das Almas

Dias D'Ávila

Feira de Santana

Guanambi

Ilhéus

Irecê

Itabuna

Itapetinga

João Dourado

Juazeiro

Lauro de Freitas

Luís Eduardo Magalhães

Mutuípe

Porto Seguro

Prado

Retirolândia

Riachão do Jacuípe

Salvador

Santa Luz

Santo Antônio de Jesus

São Gonçalo dos Campos

São Sebastião do Passé

Serra Preta

Serrinha

Tanhaçu

Senado foca em reforma tributária ampla



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A queda de braço em torno do fatiamento ou não da reforma tributária deflagrou um clima de insatisfação entre parlamentares, secretários estaduais de Fazenda e representantes do setor produtivo, que tentam manter viva a discussão da reforma ampla apresentada na terça-feira pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

A divisão da proposta em quatro partes é defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com aval do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas enfrenta resistências.

Antes mesmo do fim da leitura do parecer, Lira anunciou na terça a extinção da comissão e remeteu o texto ao plenário da Câmara, onde deve ser desmembrado em quatro partes e ter novos relatores. Na prática, a decisão de Lira 'joga no lixo' o parecer de Ribeiro, que buscava unificar tributos sobre consumo federais, estaduais e municipais. Técnicos veem risco de as discussões retornarem à estaca zero, provocando

atrasos em uma das reformas consideradas essenciais para melhorar o ambiente de negócios.

Congressistas favoráveis à proposta ampla de Ribeiro optaram por ignorar o anúncio de Lira de que a comissão mista da reforma tributária, composta por deputados e senadores, está extinta. Vice-presidente do colegiado, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) diz que está mantido o cronograma que prevê apresentação do relatório final na próxima terça-feira. 'Os atos de Lira não têm influência porque a comissão é independente', disse Rocha.

A estratégia é fazer com que o texto chegue à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, longe da alçada de Lira. A opção é viável porque uma das propostas abrangidas no parecer é a PEC 110, apresentada por senadores. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se mostrou favorável à continuidade da comissão mista em nota emitida ainda na noite de terça-feira.

Embora tenha desagradado aos parlamentares, o ato do presidente da Câmara foi bem recebido pela equipe econômica, que quer o fatiamento da proposta. Guedes é crítico da proposta de Ribeiro e vê risco de a União ter de arcar com compensação bilionária a Estados e municípios por eventuais perdas de **arrecadação** com a reforma. A fatura poderia atingir R\$ 400 bilhões e é considerada impraticável pela equipe econômica.

A interlocutores, o ministro da Economia tem dito que, se o objetivo dos parlamentares for 'saquear' a União por meio do fundo de compensação, é preferível 'deixar como está', sobretudo em um contexto de recordes de

arrecadação no governo federal. O fatiamento da reforma, por sua vez, é considerado uma estratégia eficaz para o governo ter 'maior controle' sobre o resultado final.

'Fatias'

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a repartição pretendida por Lira prevê um projeto para unificar PIS e Cofins nos moldes da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) enviada ao Congresso pela equipe de Guedes. Essa primeira fase também incluiria a tributação de lucros e dividendos na pessoa física, com redução de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Outra 'fatia' deve tratar da criação de um imposto seletivo em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados.

Uma terceira parte incluiria um amplo programa de renegociação de dívidas tributárias, chamado de 'passaporte tributário', mas que segue os moldes de um Refis, com descontos em multas e juros e pagamento em parcela única. Outra fase prevê a criação de um imposto sobre transações, nos mesmos moldes da CPMF.

No dia seguinte à decisão de Lira de anunciar a extinção da comissão, os secretários estaduais de Fazenda se posicionaram contra a medida e defenderam a reforma ampla, que incluía Estados e municípios. Para eles, o ato desconsidera dezenas de reuniões e debates realizados ao longo de mais de dois anos entre legisladores, empresas e o próprio governo federal.

'Extinguir agora a comissão mista e paralisar o debate sobre a reforma tributária seria um enorme desrespeito não apenas ao relator, aos deputados e senadores e às entidades que participaram da construção conjunta da proposta, como também à sociedade, que espera e precisa de um sistema tributário mais justo para o País', afirma o presidente do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda, Rafael Fonteles.

'O fatiamento da reforma não é o ideal. Vamos seguir a agenda com parlamentares e a comunicação com o grande público pela imprensa explicando os benefícios de uma reforma ampla', disse Renata Mendes, líder do movimento Pra Ser Justo. Especialistas também alertam que mudar PIS e Cofins por um projeto de lei pode ser arriscado do ponto de vista jurídico e pode inviabilizar a 'acoplagem' dos impostos estaduais e municipais no futuro. (Colaborou Eduardo Laguna)

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Programa antidesemprego deve custar R\$ 6 bilhões

Ideia é que despesa seja financiada por crédito extraordinário

Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

07/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O programa que o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende lançar para reduzir o desemprego entre os jovens, que vem sendo chamado de Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), deve custar por volta de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos. A ideia é que essa despesa seja financiada por crédito extraordinário, ou seja, fora do teto de gasto.

Pelos estudos que vêm sendo feitos até o momento, o programa ofereceria dois milhões de bolsas a jovens que buscam emprego. O beneficiário receberia até R\$ 600, valor que seria dividido entre o governo e o empregador. A ideia é que o valor pago pela União varie de R\$ 250 a R\$ 300 - a outra parte seria bancada pelo empregador. Essa calibragem, no entanto, ainda está em discussão.

Com a contrapartida da empresa, seria assegurado que o jovem recebesse o equivalente ao salário mínimo pago por hora, que é de R\$ 5. Ainda será definido qual o limite de horas de trabalho no âmbito do programa. Também não há uma definição sobre se um jovem poderá receber mais de uma bolsa ou sobre qual será a faixa etária atendida.

Nos últimos dias, Guedes tem dito que o governo lançaria em breve um programa para os chamados “invisíveis”, trabalhadores informais, fortemente afetados pela crise gerada pela pandemia.

Nesta semana, em audiência pública na Câmara, o ministro afirmou que lidar com os “invisíveis” é o maior desafio do governo e que BIP teria foco em jovens nem-nem, que não trabalham e nem estudam. Mas, segundo fontes, a ideia é mais geral, para jovens desempregados, com dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal.

Os jovens atendidos pelo programa devem ter acesso a trabalho e qualificação profissional, em uma espécie de estágio-técnico. O formato está sendo discutido dentro do Ministério da Economia e, provavelmente, outros ministérios ainda tenham que ser consultados, como o da Educação. O “timing” para lançamento depende da evolução da pandemia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Mulher limpa cozinha de maneira bizarra!

SENHORDESCONTO.COM

LINK PATROCINADO

Envie encomendas com declaração de conteúdo

MELHOR ENVIO

LINK PATROCINADO

Os 7 pedidos de casamento mais emocionantes do cinema

ALTAR ALIANÇAS

LINK PATROCINADO

Brasileiro descobre como assistir futebol no celular!

FAROLO7

LINK PATROCINADO

Pílula para próstata inflamada inventada por cientistas é liberada pela Anvisa

VITA PROST

Conteúdo Publicitário

Gastar, arrecadar e a retórica da austeridade

Orçamento para este ano veio com um novo Cavalo de Troia

Por **Benito Salomão e Cleomar Gomes da Silva**

07/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



A polêmica recente envolvendo o orçamento tem escancarado alguns problemas de fundo da condução da política fiscal no Brasil. Primeiramente, as regras fiscais existem, mas ainda são falhos os instrumentos legais que obrigam o governo a cumpri-las. Em segundo lugar, há excesso de outras regras não fiscais que exercem grande impacto orçamentário e causam rigidez no gasto público.

Neste cenário, ainda mais complicado por uma elevada dívida pública para padrões emergentes, o Brasil se viu obrigado a empenhar esforços fiscais inéditos na sua história para fazer face à pandemia do coronavírus. O decreto de calamidade pública e a PEC do orçamento de guerra fizeram com que as regras fiscais, como Lei de Responsabilidade Fiscal e Teto de Gastos, ficassem temporariamente suspensas. O resultado foi um déficit primário de aproximadamente R\$ 782 bilhões.

Erros e omissões no lidar com a covid estão fazendo os estímulos fiscais se prolongarem para além do necessário

Na virada de 2021, e ainda sem orçamento devidamente aprovado, o governo agiu discricionariamente e aprovou um salário mínimo acima do inicialmente proposto. Isto feito, um conjunto de rubricas de despesas obrigatórias do orçamento tiveram suas projeções aumentadas compulsoriamente. Neste contexto, o Congresso Nacional aprovou, no final do 1º trimestre de 2021, o orçamento para o ano corrente, que veio contemplado com um novo Cavalo de Troia.

Despesas obrigatórias foram subestimadas para dar espaço legal a outros gastos, principalmente o pagamento de emendas e o atendimento de bases eleitorais dos parlamentares. Por outro lado, não foram considerados importantes gastos necessários para a continuação do enfrentamento da pandemia, que tem se mostrado extremamente mais letal na segunda onda.

Os economistas Alberto Alesina e Roberto Perotti, em artigo publicado em meados da década de 1990, argumentaram que nenhuma regra fiscal pode impedir um

déficit se isto é o que um governo ou legislatura estão dispostos a fazer. Esta máxima parece estar orientando os formuladores da política fiscal em ambos os lados da Praça dos Três Poderes.

Mais do que isto, a peça orçamentária votada, se analisada no âmbito da retórica fiscalista da equipe econômica, ecoa outro fenômeno conhecido da literatura sobre finanças públicas: a chamada Ilusão Fiscal. Este termo, cunhado pelo economista italiano Amilcare Puviani, se refere ao alto custo que as sociedades têm para fiscalizar o orçamento, elevando incentivos para aumentos de gastos governamentais.

Nas sociedades democráticas contemporâneas, caracterizadas por uma demanda cada vez mais diversificada por bens e serviços públicos, a pressão social por mais despesas governamentais é natural, fazendo com que elas cresçam involuntariamente, aos moldes da chamada Lei de Wagner. Em períodos de recessão econômica e elevado nível de desemprego, estas pressões se intensificam. No Brasil, no entanto, as pressões sociais legítimas por mais gastos públicos são, muitas vezes, cristalizadas na lei e na Constituição. Desta forma, parece ser difícil empenhar ajustes das contas públicas pelo lado das despesas, pois os mesmos sempre dependem de PECs, que por sua vez demandam um elevado esforço legislativo e quase sempre são impopulares.

Este é um clássico debate na literatura teórica e empírica, que vislumbra um nexo causal entre a arrecadação e o gasto público. Em 1961, Alan Peacock e Jack Wiseman analisaram a dinâmica do gasto público do Reino Unido e verificaram que episódios temporários, como guerras, demandavam aumentos temporários de gastos públicos, com consequentes elevações permanentes da carga tributária. Este fenômeno gerou a clássica taxonomia “gastar-arrecadar”. Em 1978, Milton Friedman defendeu que o governo só gastasse recursos que possuísse previamente, surgindo então a taxonomia “arrecadar-gastar”.

No Brasil, as evidências da literatura empírica apontam para uma predominância da taxonomia gastar-arrecadar. Significa que gastos públicos são contratados e, posteriormente, receitas devem ser geradas por vias de elevações tributárias e/ou de dívida pública. Estimativas mais recentes destes economistas que aqui escrevem confirmam esta causalidade indo da despesa para a receitas. Mas há algumas

ressalvas, pois o movimento é assimétrico. As nuances do orçamento brasileiro fazem com que quando as receitas aumentam, dado um crescimento econômico mais acelerado, haja uma elevação até involuntária de um conjunto amplo de despesas.

No entanto, na inversão de ciclo, quando a atividade econômica desacelera, juntamente com as receitas, os gastos obrigatórios continuam em trajetória de elevação, mas as despesas discricionárias (entre elas os investimentos públicos) declinam. Assim, os resultados indicam que despesas obrigatórias parecem se encaixar mais na taxonomia “gastar-arrecadar”, ao passo que despesas discricionárias parecem ter causalidade oposta, do tipo “arrecadar-gastar”, pois dependem mais do desempenho das receitas.

Estas mesmas estimações apontam que, nos vinte anos compreendidos desde o regime de metas de superávit primário firmado em 1999, receitas e despesas públicas tiveram um comportamento padrão de convergência no longo prazo, de forma que mesmo diante de choques de curto prazo que pudessem descolar estes agregados de suas tendências, eles sempre retornaram à sua trajetória.

Entretanto, este retorno tem sido cada vez mais lento e, além disso, não há garantias de que este comportamento seja mantido daqui para frente. As dificuldades envolvendo a recuperação econômica da economia brasileira causam incertezas sobre o comportamento das receitas. Já pelo lado das despesas, a crise recente acentua as pressões sociais por mais gastos públicos. Tudo isso agravado por uma dívida pública que ronda perigosamente a casa dos 100% do PIB.

Se, por um lado, a pandemia do coronavírus impôs a necessidade de elevação de gastos públicos direcionados à solução do problema, por outro, erros e omissões no lidar com a doença estão fazendo com que os estímulos fiscais se prolonguem para além do necessário. Isso pode colocar mais pressão sobre a já elevada carga tributária brasileira no longo prazo e pode, inclusive, colocar a perder regras relevantes para a sustentabilidade fiscal do país. No curto prazo, no entanto, esforços devem ser concentrados na solução dos problemas relativos à pandemia, poupando vidas possíveis e tornando crível a política fiscal.

Benito Salomão e Cleomar Gomes da Silva são do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro: 'Canalha é aquele que é contra o tratamento precoce e não apresenta alternativa'

VALOR INVESTE

Separados no papel, unidos no propósito: o que acontece com a Fundação Bill e Melinda Gates após a separação do casal?

UM SÓ PLANETA

Guedes deve ser convocado pela CPI a responder acusações de Mandetta

VALOR INVESTE

Mais do Valor **Econômico**

Reino Unido limita uso da vacina da AstraZeneca em menores de 40 anos

O imunizante da AstraZeneca é o mais aplicado pelo governo britânico

Líder articula aprovação de crédito suplementar para recompor Orçamento

Expectativa é de acordo para votar projeto sem modificações

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

07/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), disse ao **Valor** que trabalha para conseguir aprovar, sem modificações, o projeto que abre crédito suplementar para recompor despesas cortadas no Orçamento de 2021. Na avaliação dele, desta forma, seria possível restituir os recursos sem zerar programas sociais e de emprego.

Segundo Gomes, há um consenso de que o tema deve ser “pacificado” antes de sua apreciação no plenário. A expectativa é que os líderes se reúnam para discutir o assunto na segunda-feira. Caso seja construído um acordo, o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN) 4, que trata dessa recomposição, pode ser levado à votação na quinta-feira. A votação do PLN vem sendo adiada há semanas. Com isso, o impasse em torno da recomposição do orçamento do Fundo de Arrecadação Residencial (FAR) para impedir a paralisação de obras para construção de moradias à população de menor renda continua.

Recentemente, o **Valor** noticiou que, sem a recomposição de orçamento do FAR, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) não terá dinheiro, a partir deste mês, para manter a continuidade das obras para construção de moradias à população de menor renda. A expectativa era de que mais de 200 mil obras fossem paralisadas.

Como consequência disso, uma das possibilidades cogitadas é que outras áreas não tivessem seus orçamentos restituídos - isso inclui despesas obrigatórias como seguro-desemprego e seguro-defeso. Técnicos da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho têm demonstrado preocupação essa probabilidade. Na prática, o PLN 4 restabelece quase R\$ 20 bilhões ao Orçamento federal deste ano para viabilizar, principalmente, o pagamento de benefícios sociais.

Nesta terça, o presidente do Senado Rodrigo Pacheco (DEM-MG) chegou a abrir a sessão do Congresso, mas sem acordo, a votação foi adiada. Além da recomposição orçamentária, deputados e senadores precisam chegar a um acordo sobre os 10 vetos que estão na pauta. Nove deles já têm mais de 30 dias de publicação e, portanto, trancam a pauta de votações, tendo de ser votados pela regra antes do PLN 4.

Oito começam com os deputados, pois são leis que se originaram na Câmara e medidas provisórias. Entre eles está o veto integral do presidente Jair Bolsonaro ao projeto que garantia acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e professores da educação básica pública, destinando R\$ 3,5 bilhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para isso. O governo alegou restrições orçamentárias para o veto.

Já entre os vetos que começam pelo Senado, está a proposta que permite a compra de vacinas contra a covid-19 por Estados e municípios e pela iniciativa privada. Neste caso, o veto se deu ao excluir a previsão de que a União reembolsaria os entes da federação pela compra, caso não seja cumprido em tempo o Plano Nacional de Imunização (PNI).

Também foi vetado trecho que estabelecia a obrigação de que o Ministério da Saúde atualizasse, em até 48 horas, painéis de informação sobre a aquisição e aplicação de vacinas pelas empresas que adquiriram o imunizante.

LINK PATROCINADO

Tecnologia de escurecimento Gradual para cabelos brancos

MENFIRST

[Comprar Agora](#)

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Myrian Rios já tem 63, tente não sorrir ao ver como ela está agora

AFTERNOON EDITION

LINK PATROCINADO

Como corrigir o envelhecimento da pele (Faça isso todos os dias)

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Poderosa caneta para tratar fungos nas unhas é sucesso em Salvador

NAIL CURE

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro: 'Canalha é aquele que é contra o tratamento precoce e não apresenta alternativa'

VALOR INVESTE

Água é responsável pela geração de 80% da energia da ENGIE

UM SÓ PLANETA

Separados no papel, unidos no propósito: o que acontece com a Fundação Bill e Melinda Gates após a separação do casal?UM SÓ PLANETA

Marinho tenta recuperar verbas perdidas em corte do orçamento

Por Fabio Graner e Edna Simão — De Brasília

07/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Ministro do Desenvolvimento Regional articular para retomar R\$ 2,7 bilhões que sua Pasta perdeu na crise com o Congresso — Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) está negociando com a equipe econômica e a secretaria de Governo a retomada do nível de despesas discricionárias que estava na proposta original do orçamento deste ano - R\$ 6 bilhões, segundo apurou o **Valor**. Após os vetos e cortes realizados no mês passado, os recursos para livre direcionamento pelo ministério ficaram em torno de R\$ 3,3 bilhões. Ou seja, o reforço requerido é da ordem de R\$ 2,7 bilhões.

O orçamento total é bem maior para este ano, mas a maior parte desse dinheiro diz respeito a despesas obrigatórias e a recursos de emendas parlamentares, sobre as quais, não há controle quanto à destinação.

As negociações continuam nos próximos dias, mas uma solução pelo menos parcial é esperada para a próxima semana. A situação da Pasta comandada por Rogério Marinho se tornou emblemática da confusão que se criou com o orçamento deste ano. O MDR, que teve maior volume de recursos reforçados durante a tramitação da peça orçamentária no Congresso, também foi o que teve maior corte de recursos, somando os cortes definitivos e os bloqueios preventivos.

O problema é que outras Pastas também querem mais recursos para este ano e estão brigando para reforçar suas dotações orçamentárias. Fontes da área econômica explicam que, diante das restrições do teto de gastos, o processo de recomposição de recursos tende a ser gradual, à medida que haja espaço gerado por despesas não realizadas, em especial as obrigatórias. E a definição sobre para onde esses recursos irão dependerá fundamentalmente do que o presidente Jair Bolsonaro definirá na política.

Um dos grandes problemas para o MDR é a necessidade de recomposição do orçamento do Fundo de Arrecadação Residencial (FAR). A necessidade está em torno de R\$ 1,5 bilhão e há riscos relevantes, já neste mês, de ocorrer paralisação de obras para construção de moradias para a população de menor renda contínua (Minha Casa, Minha Vida). A estimativa é de perda de 130 mil empregos, caso esse cenário de interrupção do programa se confirme.

No documento, há uma lista de problemas que o corte de recursos promete causar, além da parada no Minha Casa, Minha Vida. Entre eles dificuldades para despesas de fundos constitucionais, para continuação de obras ligadas a

infraestrutura hídrica, risco de operação de transporte público nas redes da CBTU e Trensurb.

Além disso, poderão ser suspensas obras de saneamento integrado e abastecimento de água, que totalizam cerca de R\$ 3,61 bilhões, impacto na produção de mais de 15 mil pescadores dos Estados do Nordeste e no povoamento sistemático das 319 barragens em todo o semiárido nordestino. No total, o ofício lista 16 problemas. “Alerto que a situação atual coloca as políticas públicas deste ministério em sério risco e, em análise mais ampla o gasto público induzido na criação e manutenção de empregos”, diz Marinho em ofício enviado aos ministérios da Economia e da Casa Civil.

A expectativa de uma ala do governo, ligada ao MDR, é que a articulação política consiga se entender com o Congresso para recompor parte das verbas. Na segunda-feira, o **Valor** noticiou que, sem a recomposição de orçamento do FAR, que foi praticamente zerado, o MDR não teria dinheiro, a partir deste mês, para manter a continuidade das obras para construção de moradias à população de menor renda.

A expectativa era de que mais de 200 mil obras fossem paralisadas. Também não haverá recursos para pagar despesas operacionais já contratadas para prestação de serviços de vigilância em obras paralisadas e unidades habitacionais ociosas e demandas judiciais. Para tornar o orçamento deste ano “exequível”, o governo fez um corte de um pouco mais de R\$ 20 bilhões em emendas e despesas discricionárias.

Conteúdo Publicitário

Separados no papel, unidos no propósito: o que acontece com a Fundação Bill e Melinda Gates após a separação do casal?

UM SÓ PLANETA

Bolsonaro: 'Canalha é aquele que é contra o tratamento precoce e não apresenta alternativa'

VALOR INVESTE

Guedes deve ser convocado pela CPI a responder acusações de Mandetta



Por Claudia Safatle

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter especial da "Folha", diretora do "JB" e assessora do Banco Central. É diretora-adjunta de redação

Nem tudo está perdido

Crescimento mundial pode puxar a economia brasileira

07/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A expansão da economia americana, estimada em cerca de 7% este ano, e a da China, com a perspectiva de um crescimento de 9%, puxam o crescimento da economia mundial para a casa dos 6% com impacto positivo sobre os países emergentes. Na zona do euro as expectativas são mais modestas, com a produção interna aumentando algo na casa dos 4%. O Brasil recebe esses ventos a favor movidos por políticas fiscal e monetária expansionistas e, se não fizer besteira, pode até levar algumas casas a rever suas expectativas sobre o nível de atividade doméstica. Esse é o caso do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), que cogita fazer revisão dos seus prognósticos para algo ligeiramente superior aos 3,2% estimados para a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

No primeiro trimestre havia a previsão de uma contração da economia brasileira de cerca de 0,5%, mas a realidade revela dados melhores e deverá registrar um percentual levemente positivo para a atividade. O segundo trimestre ainda está com projeções também negativas, mas as informações de abril são melhores do que o esperado.

Crescimento mundial pode puxar a economia brasileira

Tudo vai depender, porém, do ritmo da vacinação contra a covid-19 e das informações sobre as últimas restrições à mobilidade que vários Estados, sobretudo São Paulo, fizeram para conter o contágio. Segundo a coordenadora do Boletim de Macroeconomia do FGV Ibre, Silvia Matos, é preciso considerar, ainda, o risco de uma terceira onda da pandemia por causa da cepa indiana do vírus. Se isso acontecer, novas medidas de restrição à mobilidade podem ser usadas e não se deve descartar por completo o recurso ao “lockdown”.

O crescimento, tão desejado, também comporta riscos e um dos mais temidos é o da aceleração da inflação. A crise representou, de forma praticamente simultânea, um choque de demanda e um choque de oferta.

“Acho que podemos crescer bem no segundo semestre”, diz Silvia, mas não sem ter que enfrentar vários obstáculos caso se esteja imaginando um crescimento mais sustentável, e não somente uma recuperação cíclica. Além do risco de uma nova onda da pandemia, a que o país fica exposto enquanto não tiver vacinado uma parcela significativa da população, há também pressões inflacionárias, que demandam elevação da taxa de juros, alto endividamento das famílias e forte desemprego.

Os países que estão crescendo bem são os que vacinaram parte relevante da sua população. Aqui, superando a pandemia, o governo terá que enfrentar os novos velhos problemas se o Brasil quiser aproveitar a maré de crescimento mundial. No curto prazo os resultados estão surpreendendo positivamente. A mobilidade está voltando sem que se tenha impacto negativo, acima do que era esperado, na economia.

Portanto, para poder aproveitar dessa onda de crescimento o país precisa, com urgência, acelerar a vacinação para que o setor de serviços possa se recuperar. Uma taxa básica de juros ao redor de 5% ao ano, provavelmente atrairia mais recursos para a poupança financeira, sem comprometer os investimentos em infraestrutura e no setor imobiliários que é forte gerador de empregos, e daria algum sossego ao Banco Central. Isso, com a inflação na meta de 3,5%, representa juros reais positivos de ao menos 1,5%.

Na quarta-feira passada o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu por um aumento de 0,75 ponto percentual na taxa Selic, que subiu para 3,5% ao ano e já indicou que em junho deverá ter mais um aumento de igual tamanho. Assim, a taxa básica de juros vai para 4,25% ao ano.

Há sugestões também para o Brasil aproveitar as indústrias que estavam operando no exterior e voltaram para o país, para se posicionar como alternativa na cadeia global de produção.

E por fim, mas não menos importante, é a atuação do governo federal na educação após dois anos de grandes prejuízos para os jovens. É ensurdecador o silêncio do Ministério da Educação sobre como deve ser a recuperação das aulas daqui por diante e, mais do que isso, sobre como resolver um problema estrutural da educação no país, onde as crianças pouco aprendem e se tornam adultos analfabetos funcionais.

A agenda é gorda e não envolve apenas o Poder Executivo e o Congresso Nacional, mas também os governos estaduais. Assim como a União, estes precisam melhorar a qualidade dos serviços prestados e reduzir despesas. Nesse sentido seria muito interessante ver a sociedade fluminense fiscalizar o que o governo do Estado pretende fazer com os R\$ 14 bilhões que lhe cabe do leilão de concessão para exploração da água e do esgoto da Cedae, que rendeu um total de R\$ 22 bilhões. Assim como os mineiros devem ficar atentos ao que o governo de Minas Gerais planeja fazer com parte importante que lhe cabe dos R\$ 37,69 bilhões da indenização recebida da Vale pela tragédia de Brumadinho. Só assim, com a pronta fiscalização da sociedade, o dinheiro não se destinará a pagar aumento de salários do funcionalismo.

O Brasil tem perdido a oportunidade de se juntar aos países que crescem, por fazer escolhas erradas.

Porém, não está escrito em pedra que essa é uma regra geral e imutável.

Empenho presidencial

É impressionante o empenho do presidente Jair Bolsonaro em criar problemas com a China na hora em que o Brasil depende do governo de Xi Jinping para obter os insumos para a produção de vacinas e, assim, conter a pandemia da covid-19. Muito ajuda quem não atrapalha!

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Água é responsável pela geração de 80% da energia da ENGIE

UM SÓ PLANETA

Bolsonaro: 'Canalha é aquele que é contra o tratamento precoce e não apresenta alternativa'

VALOR INVESTE

Separados no papel, unidos no propósito: o que acontece com a Fundação Bill e Melinda Gates após a separação do casal?

UM SÓ PLANETA

Mais do Valor **Econômico**

Dólar comercial opera em baixa com cena externa no foco

Investidores avaliam dados sobre o mercado de trabalho nos EUA

Rogério Marinho pede a Guedes e Ramos mais recursos

Titular do Desenvolvimento Regional, o mais afetado por cortes, afirma que programas como Minha Casa Minha Vida serão prejudicados

MANOEL VENTURA
E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
BRASIL

Chefe do ministério mais afetado pelos vetos e bloqueios feitos pelo presidente Jair Bolsonaro no Orçamento deste ano, o ministro Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, reclamou formalmente dos cortes aos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos. Em ofícios encaminhados aos colegas no início

desta semana, obtidos pelo GLOBO, Marinho diz que os cortes causam impacto nas políticas públicas executadas por sua pasta.

O ministério perdeu R\$ 9,4 bilhões entre vetos e bloqueios, saindo de um Orçamento total de R\$ 23,5 bilhões para R\$ 14 bilhões. Com os cortes, Marinho diz que haverá paralisação de obras do programa Minha Casa Minha Vida a partir deste mês e “frustração de expectativas quanto ao novo progra-

ma habitacional do governo federal”, chamado de Casa Verde e Amarela. Ele estima “redução gradual de até 130 mil empregos, considerando diretos, indiretos e induzidos, apenas com relação aos vetos nos programas habitacionais”.

O ministro também diz que faltarão recursos para obras de segurança hídrica, mobilidade urbana, saneamento e abastecimento de água.

Para aumentar suas emendas, o relator do Orçamento deste ano, Márcio Bittar

(MDB-AC), cortou gastos obrigatórios, gerando um impasse em torno da proposta orçamentária. Com o objetivo de ajustar o projeto, Bolsonaro atendeu a equipe econômica e vetou um conjunto de despesas. Marinho teria trabalhado diretamente junto ao relator para aumentar os gastos do seu ministério, segundo interlocutores do Palácio do Planalto.

Integrantes do governo que acompanharam de perto as negociações afirmam que a escolha sobre os vetos foi feita pelo Palácio do Pla-

nalto e que Bolsonaro decidiu dar prioridade às obras de segurança hídrica.

DESPESAS SUBESTIMADAS

Como parte dos ajustes no Orçamento, o governo encaminhou ao Congresso um projeto para recompor os gastos obrigatórios em R\$ 19 bilhões. Agora, a ala política do governo — liderada por Marinho — está negociando mais uma vez subestimar essas despesas para ampliar as obras.

Um ofício encaminhado pelo relator da proposta e li-

der do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), avalia ser “desnecessária” a recomposição de R\$ 1 bilhão para o seguro-defeso (pago a pescadores artesanais) e de R\$ 2,6 bilhões para o seguro-desemprego.

Apesar do ofício, Gomes disse ao GLOBO que defende a votação do projeto sem alteração, desde que a equipe econômica envie imediatamente outra proposta para reaver cerca de R\$ 3 bilhões. Ele afirmou, contudo, que está alinhado a Guedes:

—O que agente quer é que a equipe econômica reveja os números do Orçamento, considerando os três primeiros meses do ano, e faça algum tipo de remanejamento caso seja possível.

Veículo: O Globo	País
Data: 07/05/2021	Coluna: Economia



O GLOBO | Sexta-feira 7.5.2021

Após aprovação rápida na Câmara, Senado freia nova LSN

Texto que muda Lei de Segurança Nacional ainda não teve ritmo de tramitação definido por Pacheco com líderes da Casa. Senador prevê debate extenso

BRUNO GÓES
bruno.goes@oglobo.com.br
BRASÍLIA

EDILSON RODRIGUES/AGENCIA SENADO

Aprovada na terça-feira pela Câmara dos Deputados, a nova Lei de Segurança Nacional (LSN) ainda não teve a sua tramitação definida pelo Senado nem foi incluída entre as prioridades da Casa. O projeto revoga legislação sancionada durante a ditadura militar e define crimes contra o estado democrático de Direito. Como o texto foi aprovado com pressão contrária do governo, a expectativa é que o Palácio do Planalto tente negociar modificações.

O texto ainda não foi debatido em nenhuma reunião de senadores e tampouco houve uma indicação de relator para analisar o projeto da Câmara, que ficou sob a responsabilidade de Margarete Coelho (PP-PI). As agenda prioritária do Senado é sempre discutida nos encontros de líderes partidários.

Parlamentares avaliam que a nova legislação é importante para corrigir uma aberração legal, como servir de pretexto para restringir a liberdade de expressão. Em março, o senador Cid Gomes (PDT-CE) apresentou projeto semelhante ao que tramitou na Câmara. Ao justificar a iniciativa, o pedetista citou um levantamento que registrou aumento de 285% no número de inquéritos instaurados com base na LSN durante o governo Bolsonaro.

A tramitação rápida, de pouco mais de um mês na Câmara, suscitou críticas entre especialistas. Por isso, al-



Outro tom. Rodrigo Pacheco e líderes partidários não trataram do projeto aprovado na Câmara

guns senadores preveem uma discussão mais longa. Em circunstâncias normais, o projeto teria que tramitar pelas comissões regulares do Senado, como a de Constituição e Justiça (CCJ). Mas, como os grupos paralisados por causa da pandemia, basta que os líderes entrem em acordo para levar o assunto ao plenário.

— Certamente será muito debatida — disse o líder do Cidadania no Senado, Alessandro Vieira (SE).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ainda não indicou aos líderes qual será o ritmo para a análise do projeto. No mês passado,

ele defendeu a mudança, com uma “reação normativa” que seguisse coibindo, por exemplo, casos em que há pedidos de regime de exceção e fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na Câmara, o governo tentou se insurgir contra alguns pontos da nova lei, como o que estipula punição a quem atentar contra o funcionamento dos Poderes da República. Como bolsonaristas frequentemente vão às ruas em protestos contrários ao STF e ao Congresso, deputados avaliaram que poderia haver margem para a perseguição de suas bases eleitorais.

O GLOBO

Apoio de Biden à quebra de patentes de vacinas isola ainda mais o Brasil

Decisão sensata diante da emergência da pandemia revela equívoco da posição brasileira

É sensata a decisão de Joe Biden de abrir mão das patentes de vacinas diante da emergência sanitária. É do próprio interesse americano que a maior quantidade possível de pessoas seja imunizada no mundo. Quanto mais fábricas houver produzindo vacinas, melhor para todos. Os Estados Unidos promovem, com o gesto, uma mudança histórica na posição acerca do direito de propriedade intelectual, que rejeitava qualquer licenciamento compulsório (artifício usado para disseminar a produção de remédios essenciais a custo mais baixo).

Não está em questão que o respeito à propriedade intelectual seja essencial para estimular investimentos em pesquisa e inovação. A tragédia da Covid-19, porém, não é um fato qualquer. Como declarou a representante de Comércio da Casa Branca, Katherine Tai, “tempos e circunstâncias extraordinários exigem medidas extraordinárias”.

A mudança de posição americana tem peso enorme, mas haverá um período de conversas para o alinhamento

entre os vários países. Será preciso esperar os desdobramentos do sinal verde ao licenciamento compulsório, que precisa de apoio unânime na Organização Mundial do Comércio (OMC).

É inegável que se trata de uma vitória diplomática de África do Sul e Índia, países que lideram na OMC a defesa da quebra temporária de patentes das vacinas. Sofreram a esperada oposição dos Estados Unidos — e a inesperada oposição do Brasil. Sem deter qualquer direito sobre alguma vacina contra Covid-19 e dispondo de ampla capacidade fabril para produzi-las de posse da patente, o Brasil se opôs nos foros internacionais à licença compulsória. Nunca se entendeu direito por quê.

Tradicionalmente, o Brasil defendia posição oposta. Em 2001, levou à Assembleia Mundial de Saúde uma proposta, contrária aos Estados Unidos, para a quebra de patentes de medicamentos contra a Aids como direito humano fundamental, defendida pelo então ministro da Saúde, José Serra. Sob intensa pressão, os americanos re-

cuaram, e a proposta foi aprovada.

A legislação de propriedade intelectual brasileira, de 1996, já previa o licenciamento compulsório de medicamentos essenciais de uso amplo, para aumentar a produção a preços acessíveis. Depois, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo pelo qual os americanos seriam avisados com antecedência sobre a quebra de patentes das farmacêuticas sediadas no país. Aquele passo permitiu que passássemos a executar uma política pública exemplar de distribuição de medicamentos contra o HIV.

Diante da decisão americana, o chanceler Carlos Alberto França afirmou no Senado que a posição do Brasil, pelo menos por enquanto, continua a mesma, sob o argumento de que mudá-la prejudicaria contratos já firmados para fornecimento de vacinas. É um argumento frágil, já que as farmacêuticas também fornecem a indianos e sul-africanos. Independentemente disso, o episódio deixa claro como a inépcia do Itamaraty sob Bolsonaro tirou o protagonismo do Brasil.

Para relator, 'se governo não quer reforma tributária ampla, não quer reforma'

Aguinaldo Ribeiro defende unificação de 5 impostos e diz que mudanças pontuais resultam em carga maior para o consumidor

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@o.globo.com.br
BRASIL

Criticada nos bastidores pela equipe econômica, a reforma tributária que unifica impostos federais, estaduais e municipais é a mais indicada, na avaliação do relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Em entrevista ao GLOBO, o parlamentar afirmou que, se o governo não quer uma reforma ampla, indica que não é favorável à medida. Ele afirmou, no entanto, não acreditar que esse seja o caso.

— Se o governo não quer uma reforma ampla, ele não quer reforma tributária. Eu não acredito nisso, eu acho que ele quer — afirmou Ribeiro, ressaltando que, apesar de mencionar o governo, foi com a equipe econômica que manteve interlocução ao longo dessas discussões.

Na terça-feira, Ribeiro apresentou seu relatório, elaborado após mais de um

ano de debates. Horas depois, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou a extinção da comissão da reforma, o que deve atrasar o andamento da medida.

Segundo Ribeiro, o texto apresentado foi “construído politicamente”:

— O texto está posto, foi construído politicamente. Eu defendo a reforma ampla, de fato. O Brasil não pode repetir os mesmos erros que já foram cometidos. E quais foram? Quando cada ente trata do seu imposto, você não resolve o problema. Pelo contrário, você está criando geralmente aumento de carga tributária.

'MANICÔMIO TRIBUTÁRIO'

Para Ribeiro, ainda que seja difícil implementar uma reforma ampla, a situação tributária do país só chegou ao atual cenário porque foram sendo feitas muitas modificações pontuais que resultaram no atual “manicômio tributário”:

— Cada um dos entes tenta resolver seu problema fiscal e faz uma adequação ou atualização dos seus impostos, o que quase sempre resulta em aumento de carga tributária, passando a conta para o consumidor.

O deputado defende que a mudança do sistema tributário não será alcançada com uma proposta fatiada.

— O fatiamento não existe, porque o governo só está tratando do imposto dele, então você não tem reforma tributária. O governo está somente juntando PIS e Cofins. É essa a proposta que ele fez — resume.

Para Ribeiro, outras propostas do governo, como Refis e passaporte tributário, sequer estão no escopo da reforma: são apenas negociações de dívida com o próprio governo.

— Isso aí não é reforma tributária. Eu acho que o encaminhamento correto é o que nós propusemos: é uma reforma ampla, que resolve



Ribeiro. “O fatiamento não existe, porque o governo só está tratando do imposto dele, então você não tem reforma tributária”

não todos os problemas, mas que enfrenta muitos problemas do nosso sistema tributário de consumo, tem uma elevação única e é implantada em etapas — argumenta Ribeiro.

O deputado diz que vai atuar na defesa de seu relatório, que propõe a extinção de cinco tributos (PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI) e a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e do Imposto Seletivo, para incidir sobre produtos como cigarro e álcool.

A transição seria em etapas. A primeira traria a unificação dos tributos federais, PIS e Cofins, como o governo já sugeriu em seu projeto de lei. Apenas a partir do terceiro ano, ICMS e

ISS seriam gradualmente incorporados ao IBS. O Imposto Seletivo, que substituiria o IPI, seria criado depois de seis anos.

ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS

O relatório, que mesclou pontos das propostas de emenda à Constituição (PECs) 45 e 110 e sugestões do governo, não traz definição sobre valor de alíquota para tributação de consumo, mas apenas atividades específicas que terão tratamento diferenciado.

— Estão dizendo: “a gente no meio de uma pandemia tendo uma reforma tributária”. Parece que amanhã a gente vai mudar o sistema tributário do país, e não é assim. A gente está há 33 anos

atrasado. Essa é a questão — pondera o deputado.

Ribeiro está ouvindo retornos de parlamentares, funcionários do Executivo, estados, municípios e setores produtivos. Seu relatório propõe que alguns setores teriam alíquotas diferenciadas, e ele diz que resguardou, por exemplo, saúde, educação e transporte, além das empresas que estão no Simples e não serão atingidas.

Além das modificações em cima de impostos de consumo, o deputado disse ter tomado o cuidado para incluir no texto constitucional mudanças para promover a progressividade do sistema, como alterações na tributação de patrimônio e da renda.

Governo recorre para não ser obrigado a realizar Censo este ano

AGU sugere fazer pesquisa em 2022 ou usar recursos de emendas parlamentares

DIMITRIUS DANTAS
dimitrius.dantas@o.globo.com.br
BRASILIA

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, que determinou que o governo federal adote medidas para a realização do Censo este ano. A pesquisa foi suspensa em razão dos cortes orçamentários.

No recurso, a AGU pediu que o ministro suspenda a liminar ou, caso a mantenha,

aceite que o Censo seja realizado em 2022. Se o ministro exigir que a pesquisa seja feita ainda neste ano, a Advocacia-Geral solicitou que seja autorizado que o governo use valores reservados a emendas parlamentares.

O pedido para a realização do Censo foi feito pelo estado do Maranhão. Na semana passada, o Ministério da Economia informou que a pesquisa estava cancelada em 2021 devido aos cortes no Orçamento negociados com o Congresso.

O governo argumentou que a organização do Censo foi adiada em razão da insuficiência orçamentária e decorreu de naturais escolhas políticas em relação à alocação de recursos. Além disso, a AGU destacou que a lei foi aprovada no Congresso Nacional.

“Desse modo, pretensões como a da presente ação devem ser apreciadas pelo Poder Judiciário com a devida cautela, a fim de evitar que se retire a legitimidade da escolha democrática feita pelos Poderes

eleitos e designados pela Constituição como participantes do processo legislativo orçamentário”, afirmou o governo ao recorrer da decisão de Marco Aurélio.

O ministro do STF liberou o caso para julgamento no plenário virtual da Corte, no qual os ministros não se reúnem. Eles votam por escrito no sistema eletrônico do tribunal.

Para a AGU, o Judiciário só poderia intervir em questões orçamentárias em situações graves e excepcionais, o que não seria o caso na visão do governo federal.

“Dessa forma, a decisão agravada, ainda que externalize preocupação legítima, invade esfera privativa dos Poderes Legislativo e Executivo, violando os princípios democrático e da separação de Poderes”, argumentou a AGU.

Petrobras negocia venda de seus ativos de gás na Bolívia

Estatual quer ainda encerrar atividades na Argentina e Colômbia

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

A Petrobras está em negociações para se desfazer de suas atividades de exploração e produção de gás na Bolívia. A informação foi antecipada

pelo colunista do GLOBO Anselmo Gois em seu blog. A intenção da estatal é encerrar ainda todas as atividades na Argentina e na Colômbia.

Na Bolívia, a produção de gás vem principalmente dos campos de San Alberto e San

Antonio, onde a Petrobras detém 35% de participação em contratos de operação de serviços de fornecimento de gás para Brasil e Bolívia.

Na semana passada, a estatal iniciou a fase vinculante referente à venda de seus 51%

na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). A TBG é a dona e operadora do gasoduto Bolívia-Brasil em território brasileiro, com extensão de 2.593km e capacidade de transporte de até 30 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Segundo uma fonte, a estatal está em negociações para vender, além dos campos de produção, as três unidades de processamento de gás natural (UPGN) que tem naquele país. Também estaria nos planos a venda da participação de 11% na Gás Transboli-

viano (GTB), que é responsável pelo lado boliviano do gasoduto Bolívia-Brasil, com extensão de 557km.

MAIOR CONCORRÊNCIA

A venda de 51% na TBG faz parte do acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de 2019, que prevê a saída da Petrobras no segmento de transporte de gás. O objetivo é aumentar a competição no setor e reduzir o preço do gás no Brasil. Na semana passada, a estatal anunciou novo modelo de contrato com as distribuidoras de gás.

As vendas dos ativos de exploração e produção nos países da América do Sul e a venda do gasoduto fazem parte do plano de desinvestimento da estatal, que prevê arrecadar entre US\$ 25 bilhões e US\$ 35 bilhões.

Apesar de ter sido feito na gestão de Roberto Castello Branco, fontes ressaltam que o novo presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, vai manter o planejamento.

A empresa entrou na Bolívia em 1996. Em 2006, o governo boliviano nacionalizou reservas de petróleo e gás no país.

Rio quer cortar à metade ICMS de querosene de aviação

Objetivo é dar mais competitividade aos aeroportos, especialmente o RIOgaleão, frente a terminais de outros estados

STEPHANIE TONDO
stephanie.tondo@oglobo.com.br

O Rio de Janeiro está prestes a cortar quase à metade o imposto cobrado sobre o querosene de aviação, ou QAV. A ideia é tornar os aeroportos estaduais mais competitivos, especialmente o Aeroporto Internacional Tom Jobim (RIOgaleão), conforme antecipou ontem o colunista do GLOBO Anselmo Gois.

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou nesta semana o projeto de lei enviado pelo governo, que reduz de 13% para 7% a alíquota do imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente na saída interna de QAV.

O benefício fiscal vale até o fim de 2035 para empresas que operem em centros internacionais de aviação, os chamados *hubs*, ou em aeroportos do interior. A norma entrará em vigor dois meses após a sanção.

TAMBÉM PARA TAXI AÉREO

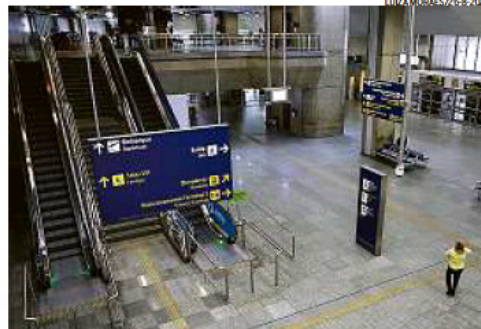
Segundo o secretário estadual de Turismo, Gustavo Tutuca, o objetivo da medida é igualar as condições fiscais do Rio de Janeiro às de outros estados, que, por terem um custo menor de abastecimento, saem na frente na disputa pelos voos internacionais.

— Outros *hubs* cresceram, como Fortaleza e Brasília, que são os nossos principais con-

correntes hoje — disse Tutuca. O QAV representa entre 35% e 40% do custo de voo das companhias aéreas.

Em nota, a concessionária RIOgaleão destacou que essa é “mais uma importante medida de auxílio à retomada do setor aéreo do Rio”. Segundo a empresa, a receita do aeroporto caiu mais de 45% na pandemia, passando de R\$ 948,2 milhões em 2019 para R\$ 520,4 milhões em 2020. Já o número de passageiros teve queda de 67% no período.

A concessionária lembrou ter adotado, em março de 2020, um programa de “descontos e isenções de tarifas aeroportuárias para as empresas de transporte de



Vazio. O Aeroporto Internacional Tom Jobim viu número de passageiros cair 67%

passageiros e de cargas.”

Essas condições desiguais de concorrência tornam possível implementar a redução de ICMS mesmo durante a

vigência do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), disse o secretário. O acordo firmado com a União proíbe a “concessão ou a ampliação de in-

centivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita”.

— Estamos baseados em um convênio do Confaz que nos permite igualar essas condições — disse Tutuca, acrescentando que será apresentado um estudo para provar que o aumento de receita será maior do que as perdas com a redução do imposto.

Além de atrair mais voos internacionais, o governo espera que a medida ajude a gerar empregos no RIOgaleão, que tem hoje 7 mil trabalhadores, contra 16 mil anteriormente.

Nos aeroportos do interior, a redução também valerá para voos de helicópteros (com exceção daqueles usados na atividade petroleira e offshore) e de taxi aéreo.

Tutuca disse ainda que um dos objetivos é ampliar os voos regionais nos terminais de Búzios, Macaé, Campos, Cabo Frio, Resende e Paraty.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 07/04/2021	Caderno: Economia



Governo diz que leilão do 5G pode ocorrer em julho e não vai priorizar arrecadação

Segundo Fábio Faria, ministro das Comunicações, o TCU está analisando o edital que foi aprovado pela Anatel em fevereiro; ele disse ainda que foco do leilão serão os investimentos no setor

Anne Warth, O Estado de S.Paulo

06 de maio de 2021 | 19h46

BRASÍLIA – O ministro das **Comunicações, Fábio Faria**, disse esperar que o leilão do **5G** possa ocorrer ainda no mês de julho deste ano. Segundo ele, os ministros do **Tribunal de Contas da União (TCU)** estão avaliando o edital, que **foi aprovado no fim de fevereiro** pela **Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)**.

“Espero que o ministro **Raimundo Carreiro** (relator do edital do 5G no TCU) nas próximas semanas consiga levar o edital para o plenário do TCU”, afirmou, em live realizada pela **Conexis**, que reúne as maiores operadoras do **País**. Segundo o ministro, uma vez aprovado pela corte de contas, o edital deverá voltar para receber o aval final da Anatel. Essa fase deve durar em torno de 40 dias, disse ele.

Faria frisou que o leilão não vai priorizar a arrecadação, mas sim a realização de investimentos pelas teles para ampliar a conectividade. Entre as obrigações impostas estão a implantação do 4G em cerca de duas mil localidades acima de 600 habitantes e em quase 50 mil quilômetros de rodovias federais.

Faria citou ainda o **Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS)**, que pretende conectar regiões isoladas do País por meio de fibra óptica, e uma rede de comunicações exclusiva para órgãos públicos no **Distrito Federal** e de todo o País.

“Um leilão arrecadatário é muito melhor para o setor, para as empresas que estão investindo em telecomunicações e para que possamos levar infraestrutura ao País”, disse o ministro.

“Conversamos com vários embaixadores e eles nos falaram que quase todos os países que estão fazendo o leilão 5G também estão prevendo uma rede privativa para separar o público e o privado”, acrescentou.

O **Estadão/Broadcast** revelou que o **governo está decidido a limitar o bônus de outorga do 5G a no máximo 10% do valor da faixa**. Cálculos enviados ao TCU apontam que a frequência foi valorada em R\$ 44 bilhões, montante que seria cobrado das teles caso o governo não impusesse nenhum investimento como contrapartida. Nesse cenário, as empresas teriam que pagar no máximo R\$ 4,4 bilhões pela frequência no leilão.

O ministro afirmou que cerca de 40 milhões de pessoas não têm acesso à internet atualmente no Brasil, mais do que a população de países como **Portugal e Israel**. “Quanto mais conseguirmos elevar infraestrutura e aumentar conectividade, mais atrairemos investimentos estrangeiros e o ambiente de negócios”, afirmou.

Faria disse ainda que a nova lei de antenas vai facilitar a expansão do sinal 5G no País, ao liberar a maioria delas das exigências de obtenção de licenciamento ambiental. “Acredito que 90% das novas antenas de 5G poderão ser categorizadas como infraestrutura de pequeno porte, o que vai acelerar sua implantação no Brasil”, disse.

Reforma tributária

Sobre **reforma tributária**, o ministro disse estar otimista com relação à proposta. “O presidente da **Câmara, Arthur Lira (PP-AL)**, dividiu a reforma tributária em cinco fases e acredito que teremos cinco relatores. Serão cinco relatores diferentes, antigamente era um só, e vamos começar da mais fácil para a mais complicada”, afirmou.

Faria reconheceu que o setor de telecomunicações tem uma carga tributária elevada e que chega a 50%. “São pontos que vamos ter que trabalhar junto com o **Congresso**. O Congresso sempre houve setores, é um congresso reformista, mas também justo.”



Senado foca em reforma tributária ampla, após Lira extinguir comissão mista sobre o tema

Decisão do presidente da Câmara gerou insatisfação de secretários estaduais de Fazenda e parlamentares; na prática, fim de comissão 'joga no lixo' o parecer de Aguinaldo Ribeiro, que defendia a unificação de impostos

Idiana Tomazelli e Camila Turtelli, O Estado de S. Paulo

06 de maio de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - A queda de braço em torno do fatiamento ou não da **reforma tributária** deflagrou um clima de insatisfação entre parlamentares, secretários estaduais de Fazenda e representantes do setor produtivo, que tentam manter viva a discussão da reforma ampla apresentada na terça-feira pelo deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**.

A divisão da proposta em quatro partes é defendida pelo presidente da **Câmara, Arthur Lira (PP-AL)**, com aval do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, mas enfrenta resistências.

Antes mesmo do fim da leitura do parecer, **Lira anunciou na terça a extinção da comissão** e remeteu o texto ao plenário da Câmara, onde deve ser desmembrado em quatro partes e ter novos relatores. Na prática, a decisão de Lira “joga no lixo” o **parecer de Ribeiro, que buscava unificar tributos sobre consumo federais, estaduais e municipais**. Técnicos veem risco de as discussões retornarem à estaca zero, provocando atrasos em uma das reformas consideradas essenciais para melhorar o ambiente de negócios.

Congressistas favoráveis à proposta ampla de Ribeiro optaram por ignorar o anúncio de Lira de que a comissão mista da reforma tributária, composta por deputados e senadores, está extinta. Vice-presidente do colegiado, o deputado **Hildo Rocha (MDB-MA)** diz que está mantido o cronograma que prevê apresentação do relatório final na próxima terça-feira. “Os atos de Lira não têm influência porque a comissão é independente”, disse Rocha.

A estratégia é fazer com que o texto chegue à **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)** do **Senado**, longe da alçada de Lira. A opção é viável porque uma das propostas abrangidas no parecer é a PEC 110, apresentada por senadores. O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**, se mostrou favorável à continuidade da comissão mista em nota emitida ainda na noite de terça-feira.

Embora tenha desagradado aos parlamentares, o ato do presidente da Câmara foi bem recebido pela equipe econômica, que quer o fatiamento da proposta. Guedes é crítico da proposta de Ribeiro e vê risco de a **União** ter de arcar com compensação bilionária a Estados e municípios por eventuais perdas de arrecadação com a reforma. A fatura poderia atingir R\$ 400 bilhões e é considerada impraticável pela equipe econômica.

A interlocutores, o ministro da Economia tem dito que, se o objetivo dos parlamentares for “saquear” a União por meio do fundo de compensação, é preferível “deixar como está”, sobretudo em um contexto de recordes de arrecadação no governo federal. O fatiamento da reforma, por sua vez, é considerado uma estratégia eficaz para o governo ter “maior controle” sobre o resultado final.

'Fatias'

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a repartição pretendida por Lira prevê um projeto para unificar **PIS** e **Cofins** nos moldes da **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)** enviada ao Congresso pela equipe de Guedes. Essa primeira fase também incluiria a tributação de lucros e dividendos na pessoa física, com redução de **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica**. Outra “fatia” deve tratar da criação de um imposto seletivo em substituição ao **Imposto sobre Produtos Industrializados**.

Uma terceira parte incluiria um amplo programa de renegociação de dívidas tributárias, chamado de “passaporte tributário”, mas que segue os moldes de um **Refis**, com descontos em multas e juros e pagamento em parcela única. Outra fase prevê a criação de um imposto sobre transações, nos mesmos moldes da **CPMF**.

No dia seguinte à decisão de Lira de anunciar a extinção da comissão, os secretários estaduais de Fazenda se posicionaram contra a medida e defenderam a reforma ampla, que incluía Estados e municípios. Para eles, o ato desconsidera dezenas de reuniões e

debates realizados ao longo de mais de dois anos entre legisladores, empresas e o próprio governo federal.

“Extinguir agora a comissão mista e paralisar o debate sobre a reforma tributária seria um enorme desrespeito não apenas ao relator, aos deputados e senadores e às entidades que participaram da construção conjunta da proposta, como também à sociedade, que espera e precisa de um sistema tributário mais justo para o País”, afirma o **presidente do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda, Rafael Fonteles**.

“O fatiamento da reforma não é o ideal. Vamos seguir a agenda com parlamentares e a comunicação com o grande público pela imprensa explicando os benefícios de uma reforma ampla”, disse **Renata Mendes, líder do movimento Pra Ser Justo**.

Especialistas também alertam que mudar PIS e Cofins por um projeto de lei pode ser arriscado do ponto de vista jurídico e pode inviabilizar a “acoplagem” dos impostos estaduais e municipais no futuro. /**COLABOROU EDUARDO LAGUNA**

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Mão de obra

Algumas das grandes empresas do país não planejam aderir à nova rodada do programa de corte de salário e jornada liberado pelo governo Bolsonaro na semana passada. Companhias como Nestlé e Ambev dizem que não pretendem adotar a medida. No Magazine Luiza e na BRF, dona da Sadia, não há nada definido por ora. Até no setor aéreo, que foi um dos primeiros a lançar o movimento no começo da pandemia, a Azul afirma que está fora do radar.

PNEU No setor automotivo, a Honda, que aderiu ao programa do governo no ano passado, afirma que não tem previsão de novas reduções de jornada e salário ou suspensões de contrato. Os cortes também não estão nos planos da Renault neste momento, mas a fabricante diz que "vale lembrar que estamos em um cenário de grande instabilidade".

CABIDE A Renner também pondera, mas afirma que não vai adotar as reduções agora. "Se as medidas de restrição e do funcionamento do comércio forem ampliadas, a decisão pode ser revista", diz em nota.

RENTA O Ministério da Economia divulgou nesta quinta (6) um balanço que aponta mais de 500 mil acordos de suspensão temporária de contratos de trabalho ou corte de jornada e salário. A expectativa do governo é que neste ano sejam realizados cerca de 5 milhões de acordos.

COFRE O movimento de doações para o combate à pandemia, que estacionou em outubro em torno de R\$ 6,5 bilhões e retomou algum fôlego neste ano, deve ultrapassar a marca de R\$ 7 bilhões nos próximos dias, conforme o monitor da ABCR, associação de captação de recursos que vem acompanhando os números desde a chegada do vírus ao Brasil.

LEITO A Abramge, associação que reúne empresas de planos de saúde, diz que o custo médio por paciente internado com Covid-19 em UTIs cresceu cerca de 40% entre abril de 2020 e março deste ano, para R\$ 56 mil. O motivo, segundo a entidade, é o aumento das internações de pacientes mais jovens, que ficam por mais tempo em terapia intensiva, além da severidade dos casos.

PRESENTE As vendas do varejo neste Dia das Mães devem ser 20% menores do que em 2019, diz a Alshop, associação de lojistas. A entidade afirma que as medidas de restrição ao comércio para conter a pandemia, além da crise econômica, são os principais motivos da queda. Ainda assim, o resultado é positivo se comparado ao de 2020, quando a maioria das lojas estava fechada.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS	Abbr., em % ao mês	Mínimo	Máximo
	7,73	8,00	7,89
<p>Cheque especial</p> <p>Empréstimo pessoal</p> <p>Fonte: Procon-SP</p>	3,89	4,21	3,89
CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA			
<p>Competência abril</p> <p>Autônomo, empregador e facultativo</p> <p>Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00</p> <p>Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71</p> <p>O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17 mai</p>			
MEI (Microempreendedor)			
<p>Valor mín. R\$ 1.100</p> <p>5% R\$ 55,00</p>			
Assalariado			
<p>Alíquota</p> <p>R\$ 1.100 7,5%</p> <p>De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 9%</p> <p>De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12%</p> <p>De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 14%</p> <p>O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 mai. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição</p>			

POLO O projeto do Vale do Silício Brasileiro, que o governador de SP, João Dória, carrega desde que foi prefeito da capital paulista, anuncia nesta sexta (7) a chegada do Intel, (Instituto de Tecnologia e Liderança), uma instituição de ensino criada por André Esteves e outros sócios do BTG Pactual.

DIPLOMA Vai ser um investimento de R\$ 40 milhões no prédio 5 do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), no Butantã, para transformá-lo na sede da nova faculdade. As primeiras turmas estão previstas para fevereiro de 2022 com cursos da graduação presencial como engenharia da computação e de software.

ARMAZÉM A área concentra a primeira fase do CITI (Centro Internacional de Tecnologia e Inovação), o complexo tecnológico que Dória quer expandir para o Ceagesp em parceria com a iniciativa privada.

REPRISE O Porta dos Fundos teve mais uma vitória na série de ataques judiciais contra o espetáculo de Natal "A Primeira Tentação de Cristo". Desta vez, o pedido de indenização por danos morais, de quase R\$ 10 mil, foi movido por uma pessoa física que alega ter sido batizada na Igreja Católica e se sentido ofendida pelo filme, que retratava um Jesus gay.

CENA Pela decisão da 9ª vara do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, não há violação à liberdade de crença do autor da ação, mas, sim, ao direito de liberdade de expressão da produtora. O filme, de 2019, foi questionado em cerca de 30 ações, das quais 23 tiveram o reconhecimento de R\$ 18 já foram julgadas — todas favoráveis ao grupo de humor —, segundo o escritório Mattos Filho, que defende a produtora.

ONDA A gigante dos cruzeiros Norwegian Cruise Lines disse nesta quinta (6) que pode adiar a retomada dos navios nos EUA. Em abril, a empresa chegou a anunciar planos para voltar em julho. Frank Del Rio, presidente da companhia, agora diz que isso não será possível porque a Noruegia precisa preparar as embarcações e enfrenta exigências do Centro de Controle e Prevenção de Doenças do país.

Plano de Guedes prevê pagamento de até R\$ 600 para jovem 'nem-nem'

Ideia é que União pague metade do valor, e patrões, a outra metade; objetivo é incentivar qualificação profissional para 2 milhões

Fábio Pupo

BRASÍLIA O plano do ministro da Economia, Paulo Guedes, de conceder um pagamento aos jovens que hoje não estudam e não trabalham (os chamados "nem-nem") em um novo programa de incentivo à qualificação profissional prevê uma quantia a ser arcada por empresas. Com isso, o valor recebido pela pessoa pode chegar a R\$ 600.

O desenho do programa e os valores ainda estão sendo estudados. Mas a previsão inicial é que de R\$ 250 a R\$ 300 sejam pagos pelos cofres da União mensalmente ao jovem participante e uma parcela igual seja paga pelas empresas.

Antes, as informações ventiladas sobre o programa eram que ele seria bancado só pelos cofres públicos e o pagamento ficaria entre R\$ 250 e R\$ 300. Atualmente, aproximadamente 35% dos jovens brasileiros nem trabalham nem estudam — os chamados "nem-nem" — eram 25% no fim de 2014, segundo a FGV Social a partir de dados das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (Pnads) Contínuas e Covid-19.

Com os dois pagamentos, o programa permitiria ao jovem receber o equivalente ao salário mínimo por hora — o que, na visão do governo, eliminaria problemas jurídicos sobre valores abaixo do permitido. A carga horária seria parcial, por isso o montante não alcançaria o salário mínimo (de R\$ 1.100).

O pagamento do governo está sendo chamado internamente de BIP (bônus de inclusão produtiva), enquanto empresas desbolsadas pelas empresas está sendo chamado inicialmente de BIQ (bônus ou bolsa de incentivo à qualificação). Os planos do BIP foram antecipados pela Folha nesta sexta.

O jovem teria durante o programa um vínculo especial com a empresa, dentro de um

regime de treinamento. Também haveria um período máximo de duração, podendo ser de até quatro meses.

Enquanto as discussões sobre a modelagem continuam, o Ministério da Economia já estabeleceu que a entrada no programa seria permitida apenas para uma faixa etária da população. O objetivo é contemplar até 2 milhões de jovens.

Um dos modelos desenhados pelo Ministério da Economia previa parcerias com órgãos do Sistema S, que seriam responsáveis por oferecer os treinamentos. Mas também pode haver treinamentos fora do Sistema S e até de forma direta pelas empresas.

O Ministério da Economia trabalha com a ideia de o programa funcionar em fase de testes durante a pandemia, considerando mantê-lo após a crise da Covid-19.

Ainda está sendo estudada a forma de financiamento da medida, e não está descartado o uso de crédito extraorçamentário neste ano (que fica fora do Orçamento e é permitido em casos de urgência e imprevisibilidade).

A visão é que é preciso um tipo de política para estimular o emprego do público-alvo, já que o setor formal tem sido afetado com o programa de manutenção do emprego (que permite à empresa cortar salário e jornada ou suspender o contrato de trabalho, por isso o montante não alcançaria o salário mínimo de R\$ 1.100).

O BIP e o BIQ estão previstos para os próximos meses, mas ainda pode demorar devido à complexidade do desenho e também ao próprio ritmo da pandemia — que afeta a contratação para a qualificação em loco.

O Ministério da Economia não vê o BIP como um substituto direto do auxílio emergencial e entende que os programas são independentes.

CÂMARA APROVA PROJETO QUE TRANSFORMA PRONAMPE EM PROGRAMA PERMANENTE

O texto foi aprovado em votação simbólica na noite de quarta (5). Como teve mudanças de mérito, volta para o Senado.

O projeto cria regras para permitir o uso do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) como política oficial de crédito. O texto muda a lei que cria o Pronampe para estabelecer que o programa é destinado a micro e pequenas empresas, tomando como base a receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior ao da contratação do crédito.

O texto muda a lei que cria o Pronampe para estabelecer que o programa é destinado a micro e pequenas empresas, tomando como base a receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior ao da contratação do crédito.

O texto muda a lei que cria o Pronampe para estabelecer que o programa é destinado a micro e pequenas empresas, tomando como base a receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior ao da contratação do crédito.

O texto muda a lei que cria o Pronampe para estabelecer que o programa é destinado a micro e pequenas empresas, tomando como base a receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior ao da contratação do crédito.

O texto muda a lei que cria o Pronampe para estabelecer que o programa é destinado a micro e pequenas empresas, tomando como base a receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior ao da contratação do crédito.

O texto muda a lei que cria o Pronampe para estabelecer que o programa é destinado a micro e pequenas empresas, tomando como base a receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior ao da contratação do crédito.

O texto muda a lei que cria o Pronampe para estabelecer que o programa é destinado a micro e pequenas empresas, tomando como base a receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior ao da contratação do crédito.

Mais de 500 mil acordos de corte de salários e suspensão de contratos são assinados em 10 dias

Tiago Resende

BRASÍLIA Mais de 500 mil acordos de redução de jornada e salário ou de suspensão temporária de contratos de trabalhadores da iniciativa privada foram assinados até esta quinta (6), segundo balanço do Ministério da Economia.

A expectativa do governo é que neste ano sejam realizados cerca de 5 milhões de acordos. No balanço atual, quase metade (237,5 mil) se refere à suspensão de contratos.

No dia 27 de abril, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou medidas provisórias para que regras trabalhistas sejam flexibilizadas novamente diante do agravamento da pandemia. Com isso, foi recriado o programa que prevê uma compensação financeira paga pelo governo a trabalhadores que tiverem a renda cortada.

O auxílio transferido pelo governo é chamado de BEM (benefício emergencial). O programa pode durar até qua-

trô meses. O governo não descarta a prorrogação da medida, se avaliar ser necessário.

Para reduzir a jornada e o salário em 25%, 50% ou 75%, a empresa precisa negociar com os empregados ou com o sindicato. O mesmo vale para a suspensão temporária do contrato de trabalho.

O acordo individual —direto entre a empresa e o empregado— vale para trabalhadores que ganham até três salários mínimos (R\$ 3.300) por mês em todas as situações: redução de jornada e suspensão de contrato.

Para quem tem salários acima disso e até R\$ 12,8 mil, é exigido o acordo via sindicato quando o corte de jornada superar 25% e em caso de suspensão de contrato.

No caso de trabalhadores com renda acima de R\$ 12,8 mil, por terem um tratamento diferente na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), também vale o acordo individual em qualquer caso.

Além de 237,5 mil acordos

Poupança volta a ter resultado positivo após volta do auxílio

Larissa Garcia

BRASÍLIA A caderneta de poupança voltou a registrar resultado positivo em abril, após três meses de números negativos. Segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta quinta-feira (6), os depósitos superaram os saques em R\$ 3,84 bilhões no mês.

Em março, o resultado da caderneta foi negativo em R\$ 3,52 bilhões. Em fevereiro, a captação líquida foi negativa em R\$ 5,8 bilhões, e, em janeiro, em R\$ 18,1 bilhões, pior valor da série.

Os brasileiros depositaram R\$ 267 bilhões na poupança e sacaram R\$ 263,2 bilhões em abril. O saldo, que é todo o montante investido na modalidade, permaneceu superior a R\$ 1 trilhão no mês. O estoque alcançou a marca pela primeira vez em setembro.

O movimento coincidiu com o retorno do auxílio emergencial, que começou a ser pago no início de abril. A nova rodada tem valor menor que a primeira versão, paga entre abril e dezembro do ano passado — inicialmente de R\$ 600 e depois reduzido para R\$ 300.

Dessa vez, o benefício terá valor médio de R\$ 250, mas poderá ser de R\$ 150 ou R\$ 375, dependendo do tamanho da família de quem recebe.

Os valores são pagos por meio de conta-poupança digital da Caixa, o que ajudou a explicar o movimento de forte alta na captação líquida (diferença entre depósitos e saques) ao longo de 2020.

Após a chegada do vírus ao país, em março do ano passado, a caderneta registrou valores elevados em captação líquida nos meses seguintes, em comparação ao restante da série.

Com o retorno do auxílio em versão reduzida, o resultado de abril veio abaixo dos meses de pagamento da primeira versão do benefício em 2020. A caderneta tende a TR, hoje zerada, mais 70% da Selic, que está em 2,75% ao ano.

A regra prevê que, quando a taxa básica de juros estiver acima de 8,5% ao ano, o rendimento da poupança seja de 0,5% ao mês, mais a TR. Caso a taxa Selic esteja menor ou igual a 8,5% ao ano, o investimento é remunerado a 70% da Selic, acrescida da TR.

No quarta-feira (5), o Copom (Comitê de Política Econômica) do BC elevou novamente a Selic em 0,75 ponto percentual, para 3,50% ao ano, e sinalizou nova alta em junho, para 4,25%.

BENEFÍCIO EMERGENCIAL (BEM)

O que é
Programa que autoriza suspensão de contrato e redução de jornada e salário, com compensação parcial paga pelo governo

Como funciona
Acordo pode valer por até quatro meses; cálculo da compensação depende do percentual do corte de jornada e do valor a que trabalhador tem direito com seguro-desemprego

de suspensão de contrato, o balanço do Ministério da Economia mostra que o corte de 70% da jornada e salário representou quase 150 mil das negociações já informadas. A redução de 50% somou 87,5 mil acordos, e a de 25%, 32,2 mil.

O BEM é calculado com base no valor do seguro-desemprego e no percentual do corte de jornada no trabalhador. O teto do auxílio, portanto, é pago em caso de suspensão de contrato e equivale ao valor do seguro-desemprego, que atualmente pode chegar a R\$ 1.011,84.

Para bancar esse programa, Bolsonaro autorizou uma verba de R\$ 9,98 bilhões. Os recursos serão usados para pagar o benefício de compensação de perda de renda. Essas despesas serão contabilizadas fora do teto de gastos —regra que impede o crescimento das despesas públicas.

Segundo o governo, o objetivo é evitar demissões num momento de agravamento da crise econômica.

Desemprego a perder de vista

Crise do emprego vai além do meio da década; não há plano nem para atenuar miséria

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A taxa de desemprego deve ficar perto de 14% até 2023, dizem os chutes informados dos economistas em geral mais atilados neste tipo de previsão. Em fevereiro, estava em 14,5%. No pior momento antes da epidemia, 2017, esteve em 12,7%, na média do ano — o desemprego voltaria a esse nível já muito horrível apenas em 2025, por aí. A economia do Brasil, o PIB, deve voltar ao mesmo nível médio de renda ou produção de 2019 apenas em algum momento de 2022, afora novos desastres. Em um país empobrecido e

com desemprego alto, é razoável supor que pobreza e miséria devam ficar também em níveis mais altos do que os vistos no já triste e pobre 2019. De onde poderia sair o dinheiro para atenuar a miséria? Não se sabe. Onde estão os planos oficiais de emprego para os mais pobres em especial? Não há. Antes de continuar a conversa: "taxa de desemprego" é a parcela das pessoas que estão na força de trabalho, disponíveis para trabalhar e que tentam encontrar emprego, mas não conseguem. Força de tra-

balho é a soma dessas pessoas com aquelas que estão trabalhando, ocupadas. Logo, é possível que o número de pessoas ocupadas aumente e a taxa de desemprego continue a mesma ou até suba. De qualquer modo, o número de pessoas ocupadas em fevereiro era ainda 7,6 milhões menor que em fevereiro de 2020 (8,1% menor). As contas são dos economistas Maria Lameirase Marcos Hecksher, do Ipea, que destrincham os dados trimestrais do IBGE em dados mensais. Difícil zerar a menos es-

sa conta antes de 2023 acabar. A confusão, a imprevisibilidade e a ruína causadas pela epidemia dificultam ainda mais qualquer prognóstico sobre a quantidade de emprego que pode ser criada. Não sabemos como e quanto as pessoas com algum dinheiro vão gastar em um mundo pós-pandemia, esse futuro abstrato. Não sabemos como será a vida nas cidades, o comércio das ruas, a construção civil, o consumo de serviços: salões de beleza, oficinas, pequenas obras, ambulantes, bares e restaurantes.

Disso tudo depende o emprego informal, mundo em que vivem os mais pobres (os miseráveis, nem nesse). Descontada a transferência do dinheiro do Bolsa Família, o auxílio emergencial deve gastar neste ano uns R\$ 36 bilhões em quatro parcelas. O orçamento do Bolsa Família para este ano é de uns R\$ 35 bilhões. Com o dinheiro do auxílio, seria, pois, possível dobrar o Bolsa Família. Não existe lugar para esse dinheiro no Orçamento — o auxílio emergencial é pago "por fora", além do teto de gastos. Pobreza e miséria devem cair um tico com uma eventual retomada econômica, mas o dinheiro do Bolsa Família já era obviamente insuficiente antes da epidemia, no Brasil da depressão que começou em 2014. Seria possível também pensar programas quaisquer que incentivassem o emprego dos

mais pobres. Até agora, o governo "estuda" uma espécie de programa de bolsa-emprego para jovens, uma complementação do salário de estágio que seria pago pela empresa contratante, com o que se gastariam uns R\$ 4 bilhões. Melhor do que nada, embora não se possa confiar na competência dessa gente que ora ocupa o governo. Difícil que saia qualquer coisa relevante e impacto antes de este governo acabar oficialmente. O mais é um deserto de planos concretos. Para manter na mente o tamanho do problema, é preciso guardar estes números: 1) o que será de um país com desemprego de 14% por anos, a perder de vista, e que seria reduzido apenas ao nível do pior do pré-epidemia apenas em 2025? 2) como arrumar uns R\$ 40 bilhões extras por ano para ao menos evitar a fome? É o básico do básico da crise social.

Economia vê avanço da reforma tributária em cinco capítulos

Quinto e último passo seria a CPMF, que continua nos planos de Guedes

Fábio Pupo

BRASÍLIA A intervenção do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nas discussões da reforma tributária no Congresso fez o Ministério da Economia aumentar a confiança no avanço do tema de forma fãtada e planejar mudanças agora em cinco capítulos. O primeiro é a junção de PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). O entendimento é que a medida ganhará muito simplificando o sistema tributário enquanto o país discute como acoplar futuramente estados e municípios com seus respectivos impostos — em um modelo chamado tecnicamente de IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) Dual. O segundo capítulo seria voltado ao IPI, que, na visão do ministro Paulo Guedes (Economia), é nocivo ao ser aplicado à indústria. O plano é tornar o imposto um tributo seletivo para bens que geram externalidade negativa (como cigarro, bebida e automóveis movidos a combustíveis fósseis). O terceiro capítulo versa sobre o Imposto de Renda, com fim das isenções para produtos financeiros — inclusive as letras de crédito imobiliário e agrícola (as LCI e LCA). Podem entrar na conta as debêntures de infraestrutura. A visão é que os agentes ligados ao mercado financeiro estão sendo beneficiados por isenções de impostos enquanto setores necessitados não recebem o mesmo tratamento. Na mesma fase está prevista a redução do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e a taxaço de dividendos.



O ministro da Economia, Paulo Guedes. Edu Andrade/27.abr.21/Ascom

O quarto capítulo é chamado de impasse das diferentes propostas discutidas — principalmente a PEC (proposta de emenda à Constituição) 45, apoiada pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ). A pasta vinha reiterando a Lira que considerava inviável uma reforma nos moldes da PEC 45. A peça foi em boa parte usada como base pelo relatório da comissão mista, segundo Ribeiro (PP-PB) — embora com mudanças. O Ministério da Economia viu a tentativa de Aginaldo de reunir diferentes propostas como uma postura elegante. Mas, de qualquer forma, o deputado manteve pontos dos quais a pasta discorda de

tá parada no Congresso em meio ao impasse das diferentes propostas discutidas — principalmente a PEC (proposta de emenda à Constituição) 45, apoiada pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ). A pasta vinha reiterando a Lira que considerava inviável uma reforma nos moldes da PEC 45. A peça foi em boa parte usada como base pelo relatório da comissão mista, segundo Ribeiro (PP-PB) — embora com mudanças. O Ministério da Economia viu a tentativa de Aginaldo de reunir diferentes propostas como uma postura elegante. Mas, de qualquer forma, o deputado manteve pontos dos quais a pasta discorda de

- Reforma em 5 capítulos**
1. Fusão de PIS e Cofins na nova CBS, abrindo caminho para estados e municípios aderirem no futuro
 2. Extinção do IPI e substituição por imposto seletivo sobre bens como cigarros, bebidas e automóveis a combustíveis fósseis
 3. Mudanças no IR. Diminuir taxaço sobre empresa e, em contrapartida, criar cobrança sobre dividendos e sobre instrumentos financeiros como LCI e LCA
 4. "Passaporte tributário" para abrir renegociação de dívidas de contribuintes e diminuir judicialização
 5. Criação do imposto digital

maneira inegociável. O principal é a menção no texto a um fundo com recursos da União para pagar a estados e municípios. A objeção do governo existia também pela complexidade a ser gerada pelas discussões (devido às várias mudanças de uma só vez, como a inclusão de estados e municípios). Logo após a apresentação do relatório de Aginaldo, Lira acabou com a comissão especial da Câmara sobre o tema e fez com que a PEC 45, peça sobre a reforma sob responsabilidade da Casa, fique restrita ao plenário (inviabilizando um debate detalhado sobre a proposta). Isso gerou um impasse sobre o futuro da reforma. A PEC 45 pode continuar sendo discutida na comissão mista — mas, sem apoio do comando da Câmara e do governo, suas chances ficam diminuídas. Para aliados do governo, ela está enterrada. Nesta quinta-feira (6), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que a comissão mista não tem uma previsão regimental, mas que irá continuar os trabalhos e concluir as discussões na próxima semana. "Essa conclusão fará com que esta comissão entregue à Câmara, ao Senado, uma proposta de reforma tributária para o Brasil", disse. Segundo ele, os passos seguintes serão definidos após uma negociação política. "Aí vem um outro momento, que é quanto à forma de fazer. Será uma parte na Câmara, uma parte no Senado, se isso será fãtado, essa é uma negociação política que será feita entre Câmara e Senado". Na Economia, o entendimento é que as diferentes propostas interdigitavam o debate e que o episódio desta semana abriu caminho para o plano fãtado prosseguir com uma discussão desarmada. Aliados do governo já negociam nos bastidores quem serão os novos relatores das propostas fãtadas e conversam para que os textos tramitem parte

na Câmara e parte no Senado. O time de Guedes aguarda agora um posicionamento político dos aliados sobre qual a melhor estratégia para avançar — se apenas voltar as atenções à proposta do CBS, e esperar que ela seja aprovada, ou enviar várias propostas de uma vez. O ministério tem reiterado que não é contrário a uma proposta que inclua estados e municípios, mas que prefere que as mudanças sejam feitas inicialmente pelos impostos federais, para evitar a inviabilidade das discussões. Enquanto prepara os próximos movimentos na reforma tributária, a Economia tem buscado mostrar avanço em outra frente da agenda econômica que sofre críticas por atrasos — as desestatizações. A pasta elaborou um levantamento em que aponta que mais de R\$ 200 bilhões em ativos já foram desestatizados na atual gestão. A conta inclui subsidiárias, participações acionárias em bancos públicos e até títulos de dívidas de empresas privadas detidas por instituições públicas. A Economia vê possibilidade de avanço nas privatizações nos próximos meses e a conclusão da venda da Eletrobras até janeiro de 2022, com chance de antecipação para este ano. Para isso, precisa da conversão em lei da medida provisória que libera os estudos para a estatal. A expectativa é que ela seja votada na Câmara até o dia 17 de maio. Os cálculos da equipe econômica apontam que a venda da Eletrobras pode gerar até R\$ 100 bilhões. Antes, representantes do ministério falavam em R\$ 60 bilhões. Os novos números são citados informalmente e ainda não passaram pela checagem de órgãos de controle. As contas consideram R\$ 25 bilhões de outorga de energia e a participação na empresa de R\$ 35 bilhões a R\$ 40 bilhões (que, segundo o governo, poderia dobrar no momento da privatização e render uma operação secundária de ações).

Secretário-geral da OCDE diz que Brasil já é parte da família

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Apesar da falta de perspectiva de que o Brasil seja admitido como membro da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), seu secretário-geral, Angel Gurría, afirmou que o país já pode ser considerado como parte da família. Questionado sobre as ameaças à democracia brasileira, disse que todos os países têm algum tipo de imperfeição nessa questão e que a situação do Brasil não preocupa. "A maior vantagem do Brasil é que é reconhecido como

uma enorme democracia. Isso não se discute. A qualidade da democracia não é um fator que esteja [influenciando] no processo de acesso do Brasil", afirmou durante evento realizado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, entidade na qual o mexicano atuou como pesquisador após deixar a OCDE, em junho. Já ao falar de ambiente, Gurría disse que as autoridades que não demonstram preocupação com o planeta correm risco de não se reeleger. O Brasil hoje é um dos seis países em processo avançado de adesão ao bloco, junto

com Argentina, Peru, Bulgária, Romênia e Croácia. Para Gurría, o Brasil já pode ser considerado uma espécie de primo de primeiro grau nessa família ou alguém que já está na cozinha da organização, ao participar de comitês e grupos de trabalho e ter um representante (o embaixador Márcio Cozende) que obriga a instituição a trabalhar pelo país. Sobre as questões ambientais, que têm freado o avanço do Brasil no seu pleito de aderir ao bloco, Gurría afirmou que a questão intergeracional mais importante da atualidade é a proteção do planeta.

Ele também comemorou a mudança de postura dos EUA em relação ao tema. A menos de 30 dias de deixar o cargo que ocupa há 15 anos, o secretário-geral da OCDE afirmou que a reinserção das pessoas no mercado de trabalho no pós-pandemia é um desafio maior do que a recuperação do emprego após a crise de 2008/2009. Gurría disse que a pandemia acelerou a digitalização da economia, mas que só 55% da força de trabalho mundial tem capacidade de trabalhar com boa competência em um ambiente tecnológico.

"O problema é muito mais sério, muito mais social, mais político [do que em 2008]. Temos de ter uma política muito agressiva de realocação. Não é só educação, mas muita educação e coordenação, com sindicatos, empresas e também governo", disse. Segundo o secretário-geral, não se trata de transformar todos os trabalhadores em "experts digitais", mas em se adaptar a um mundo em que a produtividade e todas as habilidades exigirão algum tipo de conhecimento digital. Os países em que estão a maioria dos trabalhadores são

os mais atrasados do mundo em relação a habilidades digitais e acesso à internet. Por isso, terão de investir nesse tipo de conhecimento e precisarão da ajuda dos países avançados. "A brecha digital, o 'gap', a diferença entre as capacidades digitais vai crescer, e isso vai criar grandes diferenças econômicas e sociais. Grandes diferenças políticas e também explosões políticas. A questão de acesso à informação, à internet e também de acesso a conhecimentos digitais não é uma questão optativa, é obrigatória", afirmou.